

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

ATA N.º 7/2023

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

A Assembleia Municipal de Borba reunida em 22 setembro de 2023 com a presença da maioria dos seus membros, e sob a Presidência da Senhora, Maria João Barroso Lopes, Secretariada pelo senhor Jorge Manuel de Oliveira Pinto e pela senhora Vanda Cristina Branco Godinho, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período Antes da Ordem do Dia

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente á aprovação da Ata n.º 5 da sessão Extraordinária de 27 de maio de 2023.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente á aprovação da Ata n.º 6 da sessão Ordinária de 16 de junho de 2023.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Apreciação das atividades da Câmara e da sua situação financeira.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Eleição do Presidente de Junta de Freguesia para o Congresso da ANMP.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2024.

<u>PONTO TRÊS PONTO SEIS</u>: Proposta de fixação de Participação Variável no IRS para o ano de 2024.



(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

PONTO TRÊS PONTO SETE: Proposta de lançamento de Derrama para o ano de 2024.

PONTO TRÊS PONTO OITO: 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2023

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Taxas para apreciar projetos e medidas de autoproteção, realizar vistorias e inspeções a edifícios classificados na 1ª categoria de risco, no âmbito do regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Proposta de Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Alto dos Bacelos.

PONTO TRÊS PONTO ONZE: Proposta de Aprovação da versão final da ARU/ORU/PERU de Borba.

PONTO TRÊS PONTO ONZE PONTO UM: Aprovação da Área de Reabilitação Urbana de Borba, delimitada nos termos exatos em que foi aprovada pela Assembleia Municipal em 18 de janeiro de 2019, de acordo com o n.º 1 do art.º 13º do Dec. Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual.

PONTO TRÊS PONTO ONZE PONTO DOIS: Dar conhecimento à Assembleia Municipal de Borba do relatório de Ponderação da Discussão Pública, elaborado de acordo com o n.º 3 do artigo 89º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, na atual redação, por remissão do disposto no n.º 4 do art.º 17 do Dec. Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação mais atual.

PONTO TRÊS PONTO ONZE PONTO TRÊS: Aprovação de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática orientada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Borba, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º do Dec. Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação mais atual.

Tendo presente o n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13 de 12 de setembro lavra-se a presente ata.

Estiveram presentes os membros: Paulo Vicente Ramos Mendanha; Agnelo dos Anjos Abelho Baltazar, José Joaquim Figueiredo Banza; Vanda Cristina Branco Godinho; Maria João Barroso Lopes; Maria Margarida Alexandre Cordeiro; João António Ameixa Morgado; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Jorge Manuel de Oliveira Pinto; Virgolino Joaquim Calhau Canhoto; Hugo Alexandre Godinho Mendanha; Luís Miguel Pena Rodrigues Rato; Joana Lopes Morgado Véstia;

Praça da República 7150-249 Borba • Portugal



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

Lino Duarte Moreira Amaro; Miguel António Ramos Mendanha; Leonel António Valentim Infante; Maria da Luz de Sousa Lopes Morgado Véstia; João André Pires Lopes; João Pedro Martins Leitão.

Verificou-se a ausência dos membros: Nelson Joaquim Gomes Gato, que justificou a sua falta cuja justificação se arquiva em pasta anexa como o (documento n.º 1) e foi substituído pelo membro Luís Miguel Pena Rodrigues Rato. Paulo Jorge Panasco Aires, que justificou a sua falta e cuja justificação se arquiva em pasta anexa como o (documento n.º 2) e foi substituído pelo membro Hugo Alexandre Godinho Mendanha. Sara Cristina Alpalhão Anselmo, que justificou a sua falta e cuja justificação se arquiva em pasta anexa como o (documento n.º 3), foi substituída pelo membro João António Ameixa Morgado. João André Pires Lopes, que justificou a sua falta e cuja justificação se arquiva em pasta anexa como o (documento n.º 4) e foi substituído pelo membro João Miguel Cordeiro Geadas Letras.

PONTO UM: Período Antes da Ordem do Dia

O Membro Hugo Mendanha intervém para abordar dois assuntos com objetivo de resposta do executivo:

- As Piscinas cobertas Se vão abrir? Em que data está prevista? Se não estão previstas abrir, quais são os motivos?
- Os Estaleiros Municipais Qual o ponto da situação deste imóvel?

O Membro Paulo Mendanha intervém apresentando vários assuntos:

- Dar os parabéns ao executivo e aos Presidentes das Juntas de Freguesia, pela realização e dinamização dos eventos que têm sido feitos até agora, que têm corrido muito bem e têm trazido a Borba muita gente:
- Felicitar o Borbense e o Presidente Joaquim Trincheiras pela "Gala Pontapé de Saída", que ocorreu em Borba. Foram muitos os elogios que recebeu o Município e o Grupo Desportivo Borbense da Federação Portuguesa de Futebol;
- As condolências à família e amigos da Senhora Maria de Fátima Lobo que faleceu, e que acompanhou o MUB;

Praça da República 7150-249 Borba • Portugal



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

- Felicitações a um Borbense que foi condecorado na Cerimónia Militar Comemorativa dos 316 anos do Regimento da Cavalaria 3 de Estremoz;
- Pergunto se estão a pensar em fazer um novo regulamento do RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados)? E isto porquê? Porque o art.º 4 do regulamento "diz que não carece de autorização para as transmissões", mas o art.º 3 desta declaração que estão a assinar agora diz que "temos de dar o consentimento para as transmissões", portanto deixo à consideração da mesa para esclarecer, e depois analisarmos.

A Presidente da Assembleia Municipal, responde à questão colocada pelo membro Paulo Mendanha dizendo que foram os serviços jurídicos que trataram do Regulamento, no entanto não encontrei nenhuma incongruência nele. Mas de todas as formas faça chegar por escrito, que eu remeto para o Gabinete Jurídico.

O Membro Paulo Mendanha, faz um pedido enquanto membro da Assembleia Municipal, de acordo com o art.º 20 do n.º 1 da alínea I), do Regimento da Assembleia requer à mesa, a consulta da correspondência desde maio até setembro, isto porque tinha a caixa de correio cheia.

O membro João Leitão pretende colocar uma questão: Saber o ponto da situação do Polidesportivo de Rio de Moinhos?

O membro Luís Rato, está a preocupar-me a situação dos alunos que frequentam a Escola Secundária Rainha Santa Isabel de Estremoz, porque deixaram de ter transporte direto da Orada para Estremoz, ou seja, existia uma carrinha que diariamente ia levar e trazer os alunos à Freguesia e neste momento aquilo que acontece é que os seis alunos que residem na Freguesia da Orada, têm que se deslocar a Borba, e só depois de Borba é que vão para Estremoz. Portanto queria saber o porquê de terem extinto esse transporte? E se existe possibilidade ou não de essa carinha voltar a funcionar e levar diretamente os alunos para Estremoz.

A Presidente da Assembleia Municipal usa da palavra para abordar a situação do estacionamento indevido. Ocupação de passeios, impossibilidade de deslocação, de se movimentar pessoas com alguma deficiência física, pessoas que queiram passear os seus filhos em carrinhos de bebe e nalgumas circunstâncias até um cidadão comum, sem limitações também não consegue circular. Eu passeei a pé este fim de semana! Acho inacreditável, pois tem que haver aqui uma sensibilização! A rua de S. Bartolomeu, uma rua de entrada de Borba que tem palacetes para se poder olhar, visitar, tem também antiguidades, tem igrejas, tem paços, e o nosso postal de entrada



Assembleia Municipal (ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

são carros estacionados nos passeios! Não tem de ser um peão a saltar do passeio para a estrada, onde devem circular os automóveis. Toda essa trajetória da rua de S. Bartolomeu que é muito má, tanto para quem quer passear como para a parte visual. Chega-se ao Largo de S. Bartolomeu, estacionamento aleatório, cada um estaciona onde quer, junto às casas, e em frente à igreja. Depois subi a rua que vai dar ao Nosso Senhor dos Aflitos, até na rotunda havia carros estacionados e muito tempo, não é uma coisa de deixar pessoas. Entretanto deixo a Rua de Estremoz e quem quiser ir para a Rua 13 de janeiro, impossível, carros estacionados nas duas laterais. Depois cheguei ao Café Cágio, virei à papelaria, e ...meu erro! Não consegui sair de dentro do castelo! Tive de ir ao Café Cágio ver de quem era o carro, que lá estava estacionado. Para além de atirarem os carros para cima do passeio, e os estacionamentos junto a Misericórdia, junto aos moloques, eu não conseguia fazer inversão de marcha. Alguma coisa de errado está aqui! As pessoas deram como adquirido que os passeios são para estacionar? Porque é que a GNR não autua aqueles condutores. Segundo sei a Câmara anda a tentar resolver o problema grave de estacionamento, mas isto não pode permitir a falta de civismo.

No alto da praça e na zona envolvente toda das muralhas, onde estão instaladas a maior parte das esplanadas, os próprios estabelecimentos não respeitam a regras de instalação de esplanadas, e aí a fiscalização da Câmara tem de intervir! É uma desorganização numa coisa organizada, porque há um regulamento de esplanadas. Também ouvi dizer que era uma situação temporária na Av. da GNR, pois há um estabelecimento comercial que está a ocupar lugares de estacionamento com uma esplanada. Errado! E esta é a perspetiva que damos a quem reside, temos de olhar para a nossa cidade com olhos de ver. Senhor Presidente não está de todo a dar um ar de autoridade. O que deixo aqui é que ou se faz queixa à GNR, que me faz um bocadinho de confusão chegar ali e ser eu a fazer queixa de uma coisa que é visível a todos os que aqui moram. As pessoas têm de ter consciência que serão multadas!

A membro Vanda Godinho intervém mostrando o descontentamento e até tristeza, pelo facto de iniciar o novo ano escolar e não haver AEC e Oficina da Criança. O porquê de não estarem a funcionar? Gostaria de saber como foi feita a seleção aos mentores das atividades extracurriculares? Para além disto mostrar o meu desagrado, relativamente a pessoas que tiveram a recibos verdes e de uma forma precária há 17 anos ou porque está há 17 anos na Oficina da Criança, ser dispensada porque supostamente não há dinheiro para recibos verdes, e fica três



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

meses em casa e agora vão buscá-la pelo desemprego, que supostamente não poderia voltar para o mesmo local e para a mesma entidade.

O Presidente da Câmara Municipal começa por responder às questões que foram colocadas pelos diversos membros:

- Piscina Municipal Coberta, neste momento não há dinheiro para manter a piscinas a funcionar;
- Estaleiro Municipal Fizemos a escritura em janeiro, temos 18 meses para tratar do assunto;
- Polidesportivo de Rio de Moinhos Está feito! Iremos colocar resina no chão, e marcar um campo de futsal, um de andebol, um de basquetebol e talvez um de ténis, que levará mais ou menos 10 dias a marcação do pavimento;
- Transportes Escolares Segunda-feira irei ver se há possibilidade de haver transporte direto do Orada para Estremoz e será enviada a resposta por escrito;
- Estacionamento Estamos a pensar fazer um parque de estacionamento ao pé do Celeiro da Cultura; Em S. Bartolomeu o estacionamento é uma vergonha, andamos por todas as ruas de Borba, locais onde até as ambulâncias têm dificuldade em chegar por mau estacionamento. A situação da ORU/PERU irá ajudar, vai resolver esta situação.

A Presidente da Assembleia Municipal intervém dizendo que relativamente ao transporte escolar este assunto além de ser falado na escola, há munícipes que também falaram comigo. Até sugeri que podiam vir cá falar com o senhor Presidente, porque na reunião de Câmara também foi abordado esse assunto. O que foi transmitido a uma aluna que sempre ia diretamente da Orada para Estremoz, este ano foi: "Não! Esqueçam lá isso! Vão para Borba! E em Borba apanham uma Rodoviária!" Só que para isso acontecer e com os horários dos miúdos, têm que vir para Borba muito cedo. Queriam perceber se podiam ter as mesmas condições do ano anterior?

O Presidente da Câmara Municipal acrescenta relativamente aos estacionamentos: "Estamos a pensar fazer um parque de estacionamento ao pé do Celeiro da Cultura; Em S. Bartolomeu o estacionamento é uma vergonha, andamos por todas as ruas de Borba, locais onde ate as ambulâncias têm dificuldade em chegar por mau estacionamento.

A Presidente da Assembleia Municipal insiste que a autoridade tem de autuar e os passeios têm de estar desimpedidos para as pessoas poderem circular.

Pág. 6 de 47



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

O Presidente da Câmara Municipal diz que neste momento quem controla as contraordenações de trânsito é a Câmara. A problema é o civismo das pessoas que cada vez há menos!

A Presidente da Assembleia Municipal diz que isto assim é inadmissível e dá um mau exemplo a quem está, a quem fica e a quem vem.

O Presidente da Câmara Municipal diz que em relação ao comentário do membro Paulo Mendanha, diz que o importante é falar das coisas que correm mal, que é o que tem de vir aqui, de uma forma direta e objetiva para tentarmos resolver. É lógico que o que corre bem ficamos contentes! Lamentavelmente à senhora que faleceu, que marcou o movimento, que deu a cara, teve a coragem de dizer que apoiava, é uma pessoa que merece o maior respeito como todas as outras, que também já faleceram.

Respondendo a intervenção do membro Vanda Godinho, responde que: "quando acabam as aulas em princípio tem início a oficina da criança e começam as AEC. Eu pensava que passando um dia ou dois de começarem as aulas, iniciava tudo, mas por aquilo que já entendi, talvez não começaram como queriam. Relativamente as pessoas que forram dispensadas, ninguém foi dispensado! Essas pessoas terminaram o contrato que tinham feito com a Câmara e chegou-se à conclusão de acordo com o orçamento que temos, que não havia dinheiro para colocar mais ninguém! É sim uma questão de orçamento. Em relação aos mentores das AEC foram escolhidos de acordo com aquilo que é importante!

O membro Hugo Mendanha acrescenta: "Alerto o senhor Presidente da Câmara, relativamente à ilegalidade das pessoas que foram para o desemprego e depois irem buscá-las para os mesmos postos de trabalho. Verifique isso se faz favor com o departamento jurídico!"

Relativamente à piscina o meu agradecimento pela resposta rápida e concreta. Não há dinheiro! Aqui uma critica da nossa bancada, em que não compreendemos essa falta de dinheiro, porque como você disse: existe uma dotação orçamental, e como o senhor Presidente diz muitas vezes aqui "preocupa-me muito os velhos e as crianças", mas neste caso estes ficaram de fora, porque faz-me confusão como é que a Câmara gasta tanto dinheiro em festas e noutras situações e agora que estava previsto as piscinas cobertas abrirem talvez este mês ou no inicio do próximo, não irem abrir por falta de dinheiro, e vou dar-lhe dois exemplos que foram aqui falados noutras Assembleias: a semana da juventude que estava previsto gastar 12 mil euros e gastou-se quase o



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

dobro; festas de Borba, 100 mil euros! Agradeço a sua frontalidade, mas da minha parte é incompreensível chegarmos a este ponto e dizerem que há falta de dinheiro para um equipamento que muita população de Borba ia usufruir.

A membro Maria da Luz Vestia intervém dizendo que em relação ao estacionamento abusivo na rua de S. Bartolomeu, passo muitas vezes por ali e tenho de sair do passeio para a estrada para poder passar. Eu também não posso aceitar a desculpa de não haver estacionamento, porque ao cimo dessa rua há um parque de estacionamento que neste momento é utilizado pelos funcionários da Adega Cooperativa de Borba. Aqui nesta situação é tentar ver com a GNR e penso também mais sinalética. Proibir o estacionamento nessa rua! E não só, mas também junto à igreja de S. Bartolomeu, que tiram a visibilidade dos outros carros que vem da rua debaixo.

O membro Jorge Pinto intervém para dizer que relativamente ao transito as transferências de competências do transito é dos municípios. A GNR atua enquanto entidade policial levantando o auto e a contraordenação desenvolve-se pela Câmara Municipal. Há municípios onde existe excesso de zelo por parte de GNR e existem outros onde são poucas as situações, elas depois criam problemas para cada um dos municípios, porque o governo não esteve disposto a gastar menos de 40 mil euros para transformar aquilo que era a plataforma sobre os autos. Aquilo que se passa depois é uma bagunça desnecessária e eu sei de casos já aqui na Câmara de Borba que a pessoa é multada, paga a multa, é-lhe pedido para mandar o comprovativo para a Câmara (que não tem nada de mandar o comprovativo). A Câmara depois levanta-lhe o auto, a pessoa vem provar que pagou a multa e o processo tem de ser desfeito. A questão que levanto é que nós temos uma Comissão Municipal de Transito, que ficou de reunir, mas que não teve ainda iniciativa. Numa das discussões que aqui tivemos sobre o que falamos na problemática do transito, a responsabilidade dessas matérias não tendo a Assembleia Municipal iniciativas, mas é dela a competência para o fazer. Trazer a Comissão Municipal de Transito, trazer aqui as autoridades das GNR para sensibilizar estas questões, é algo importante. Relativamente a igreja de S. Bartolomeu, eu julgo que o problema é muito simples! Senhor Vereador, quatro pilaretes de inibição de estacionamento, resolvendo de facto o problema complexo de um fluxo de transito da subida da rua Ramos de Abreu e depois a descida para a treze de janeiro, se complique. Pilaretes em excesso num dos passeios da rua de entrada é algo que eu não recomendo para já porque deve ser mais ponderado de uma situação a igreja de S. Bartolomeu como o Presidente levantou é gritante e três pilaretes resolvem o problema de uma vez por todas.



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

A membro Vanda Godinho acrescenta que traz um assunto de um munícipe que lhe pediu para aqui ser exposto para tentar saber alguma coisa, visto que se sente um pouco pedida. Há dois meses a senhora arrendou uma loja no mercado municipal. Eu por acaso tratei-lhe do contrato de eletricidade, que até nem foi fácil porque não conseguiam identificar o CPE, porque há dois meses que está a pagar renda, ainda não fez dinheiro nenhum e ainda nem tem contador de água ligado, até porque lhe disseram que aquela loja não tem ligação a qualquer contador e para abrir a loja precisa de apresentar um projeto, e ela precisa dos elementos para apresentar ao técnico que lhe fará o projeto para poder abrir a loja. Gostaria aqui de alguma explicação!

O membro José Banza intervém dizendo que o assunto que aqui me traz é sobre o falecimento de um Borbense. Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Presidentes de Freguesia, ilustres membros da Assembleia e publico em geral. Na qualidade de Borbense e membro desta assembleia fui abordado por muitos desportistas e amigos pelo falecimento recente do desportista Guilherme Velhinho Carona. Foi com muita tristeza e pesar que vimos partir um bom homem à qual em vida não lhe foi prestada a homenagem, o mestre Guilherme, de tudo de bom em prol de Borba e do Sport Clube Borbense. Foi atleta e campeão pela primeira vez no historial deste clube na época de 1961. Foi campeão distrital de juvenis na época de 1965, 1966, como treinador. Foi também como treinador campeão dos torneios de abertura distritais da Associação de Futebol de Évora. Várias vezes ficando nos distritais muitas vezes em segundo lugar onde havia equipas como a de Vendas Novas, Reguengos, Calipolense, Estremoz, entre outros com muita valia. Com condições de trabalho paupérrimas, quer em termo de campo de jogos, quer em termo de equipamentos desportivos, tudo ultrapassou e rumou sempre contra a maré com a sua sabedoria e humildade. Foi ainda treinador principal do Sport Clube Borbense na terceira divisão nacional, sucedendo ao treinador Dinis Vital. Por tudo isto e muito mais feitos que não são aqui mencionados para não alongarem o seu vasto historial, quer como atleta desportiva e treinador que prestou à comunidade Borbense. Solicito a esta Assembleia um voto de pesar pelo desaparecimento de um bom homem que muito deu a Borba e ao Sport Clube Borbense. Bem-haja Guilherme Velhinho Carona!

O membro João Morgado usou da palavra e disse à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Bartolomeu, que tinha que comunicar ás autoridades competentes a questão do



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

estacionamento abusivo. "Na Orada, também tivemos esse problema, mas eu resolvi-o, comunicando às autoridades competentes essa situação".

Seguidamente, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte:

"(...), sei que a entidade Bombeiros Voluntários de Borba, entregou uma proposta a esta Câmara em abril e que até ao momento, ainda não obteve resposta. Senhor Presidente, se têm problemas com aquela associação não os devia ter, porque as associações sobrepõem-se às pessoas e se têm alguns problemas com as pessoas que lá estão, terá que os resolver no sítio certo (...). Gostava de saber se foi dada resposta á carta enviada (proposta) pelos Bombeiros?

Prossegui a sua intervenção, e questionou o senhor Presidente, se já existe algum local definido para os novos Estaleiros Municipais?"

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e respondeu aos assuntos abordados pelos membros:

- Membro Jorge Pinto:

<u>Estacionamento</u> - "(...), o senhor mora numa rua pequena como eu, onde o estacionamento é pouco, em relação ás necessidades. Em 2014, quando entrámos para a Câmara, elegemos uma Comissão Municipal de Trânsito, que terminou. Mas neste momento, estamos a constituir uma nova Comissão Municipal de Trânsito, com os elementos com indica a lei, está previsto a realização de uma reunião no final da próxima semana (...).

- Membro Hugo Mendanha:

Piscinas Municipais Cobertas – "(...), podia arranjar uma desculpa relativamente ao não funcionamento das Piscinas Cobertas, mas não é isso que pretendemos fazer. Estamos a tentar solucionar a situação.

- Membro Vanda Godinho:

Mercado Municipal – "(...), segunda-feira vou saber tudo o que se passa relativamente a este assunto.

- Membro José Banza:



(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

Voto pesar senhor Guilherme – "(...), o senhor Guilherme foi um homem que marcou Borba e muitas das pessoas que jogaram á bola no Sport Clube Borbense. Esta Assembleia de uma forma unânime, reconheceu o seu mérito.

- Membro João Morgado:

Bombeiros Voluntários Borba – "(...), nós pagamos dívidas, assumidas pela Câmara anterior. Compramos uma ambulância, criarmos duas equipas de intervenção permanente e neste momento temos dez pessoas a trabalhar por Borba, pago, uma parte pelo estado e outra parte pela Câmara Municipal.

Avaliámos a proposta recebida dos Bombeiros, mas neste momento, temos um problema orçamental. Em 2024 de acordo com as necessidades dos Bombeiros, iremos dar-lhe uma viatura.

Neste momento, tentámos resolver o problema de transporte dos utentes do Lar Luís da Silva. Acredite, senhor membro João Morgado, só não fazemos o que não pudermos.

Estaleiros Municipais – "(...), em janeiro de 2023, foi assinado um contrato de compra e venda, no qual foi pago trezentos mil euros. Este contrato é válido durante dezoito meses.

Neste momento temos uma zona no Alto dos Bacelos, uma zona privada, que iremos comprar (...). A outra aquisição que iremos fazer para os Estaleiros Municipais, é um pavilhão na Zona Industrial da Cruz de Cristo.

A parte pesada dos Estaleiros Municipais, ficará na Zona do Alto dos Bacelos e a parte que respeita a varredouras e carrinhos de limpeza, ficará instalada na Zona Industrial da Cruz de Cristo".

De seguida foi cedida a palavra à senhora Vereadora Sofia Dias.

Usou da palavra a senhora **Vereadora Sofia Dias**, que cumprimentou todos os presentes e explicou o seguinte sobre as AEC. "(...), era nossa intenção iniciar as AEC no mesmo dia que iniciou o ano letivo, mas nós tudo o que tem que ver com a escola, articulamos sempre com o Diretor Agnelo. Questionei o diretor Agnelo, quando é que ele achava que era conveniente, iniciar as AEC e ele pediu-me para iniciar no dia 18. As AEC iniciaram na segunda-feira da segunda semana de aulas, por indicação do diretor.

Relativamente, à questão dos transportes abordada pelo membro Luís Rato, estive a trocar umas mensagens com o responsável dos transportes e o que me foi explicado, embora segunda feira iremos avaliar e clarificar melhor o assunto, é que, os alunos que tem a "escolaridade normal", têm



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

transporte direto de Orada para Estremoz. Os alunos que frequentam cursos profissionais, vêm de Orada para Borba, para apanharem o autocarro para Estremoz. Na volta nós levamo-los a casa sem qualquer tipo de custo. Para quem frequenta a escolaridade de cursos profissionais a Câmara não tem qualquer responsabilidade no transporte".

O membro Luís Rato respondeu e prestou a seguinte informação: "(...), nós temos em Estremoz, 1 aluno de 8.º ano; 3 alunos de 12.º ano e temos 2 alunos de 10.º ano. Do que eu tenho conhecimento só 1 de 10.º ano, é que é de um curso profissional (...)."

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

O senhor Joaquim Letras cumprimentou todos os presentes e disse "(...), faço esta intervenção, porque acredito que uma autarquia deve ser gerida, como gerimos a nossa casa.

Coloco, aqui, as seguintes questões e ás quais pretendo que o senhor Presidente da Câmara me responda hoje, aqui nesta Assembleia.

- Senhor Presidente, se fosse construir com o seu dinheiro um canil gastaria cerca de meio milhão de euros?
- Senhor Presidente, o Palácio Alvarez, qual a razão de se estar há cerca de 5 anos a pagar. anualmente, o valor de 24.000,00€ e sem utilidade para a população de Borba?
- Senhor Presidente, como todos sabemos a venda do Estaleiro Municipal, inicialmente feita por 200.000,00€ e após pressões externas ao executivo camarário, a mesma passou para 300.000,00€. Estamos nós, como todos sabemos, a falar de um terreno com valor de mercado acima de 500.000,00€, explique me como é que foi feito este negócio.
- Senhor Presidente, outro negócio que me despertou curiosidade, foi a aquisição de uma casa na Rua da Estação, em Santiago Rio de Moinhos, junto ao cemitério pelo valor de 150.000,00€. Qual o destino a dar a esta compra?
 - Deixo, aqui, um preço por m2 à data na zona nobre de Lisboa, em que está tudo incluído é de 2.977,00€ neste momento.
- Senhor Presidente, somos um Município pobre, mas a gastarmos como gente rica!"

O senhor Ângelo de Sá cumprimentou todos os presentes e disse "(...), juro sinceramente, que não estava à espera de intervir, mas quando me tocam em determinados assuntos (...), eu

Pág. 12 de 47



(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

nunca rejeitei "carga", não rejeito, nem nunca rejeitarei, e é preciso não se mentir. Senhor Presidente, o senhor tem de ter cuidado com o público quando intervêm (...), não tem de intervir. Os compromissos assumidos por determinada câmara, na altura que houver a transição do mandado e o compromisso assumido, não estiver tudo pago, compete à nova Câmara assumir esse compromisso e foi o que aconteceu aqui, com a situação dos Bombeiros de Borba. Quando o senhor Presidente diz, que pagou dívidas, tem de ter o cuidado de dizer, que foram dívidas assumidas e que estavam previstas serem pagas faseadamente.

Senhor Presidente, já se que falou no assunto, mas falar em tudo! O senhor sabe que eu e o Comandante Ferreira, conseguimos arranjar gratuitamente, um projeto de ampliação do Quartel dos Bombeiros. Sabe que o senhor Pedro Esteves, fez um projeto de eletricidade gratuitamente. O senhor sabe que houve um cheque de 80.000,00 dentro desta câmara e que pelo menos, foram duas pessoas da direção, que mais se opuseram à ampliação do Quartel, porque queriam que a Câmara pagasse a parte privada.

Senhor Presidente, quando fala do executivo anterior tem de ter cuidado com o que diz!"

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e disse "(...), eu respeito todas as pessoas que aqui estão! Não deve haver raiva no mundo! O mundo é feito de equilíbrio e respeito. Não é preciso provar que uns são melhores que os outros, os melhores que os outros já morreram todos!"

Seguidamente, respondeu ás questões colocadas:

- Canil "(...), eu poderia justificar tudo com a Guerra da Ucrânia. O que se passou foi a atualização de preços, depois do início da obra.
- Palacete Alvarez A última avaliação deste imóvel é de um milhão e tal de euros. Todo o arranjo da casa é por conta das senhoras que lá habitam. Um dia mais tarde, aquele edifício poderá ser adaptado para idosos.
- Casa em Santiago Rio de Moinhos Na altura da compra, falei com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos e onde foi falado a questão do aumento do cemitério. Neste momento já está definida a área para o cemitério.

A outra parte onde está inserido o prédio, será para um futuro Centro de Saúde Rio de Moinhos, que neste momento funciona em contentores.



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

Nós trabalhamos de uma forma muito objetiva e acima de tudo pensando muito nas pessoas".

- Senhor Ângelo de Sá, eu não quero raiva, quero que a gente se entenda. Quando eu chequei aos Bombeiros, como Presidente da Câmara, disseram-me que "nós não pagámos a determinada gente, porque a Câmara falhou (...), foi o que me disseram (...)".

O senhor Ângelo de Sá pediu a palavra para direito de resposta "(...), senhor Presidente paz e amor, é aquilo que eu também defendo. Aquilo, que eu não defendo são mentiras. A nível dos Bombeiros, se havia alguma dívida a pagar não tem que ver com pessoal, tem que ver com equipamento, que fazia parte de uma dívida com pagamento faseado".

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente á aprovação da Ata n.º 5 da sessão Extraordinária de 27 de maio de 2023.

O membro Paulo Mendanha usou da palavra e disse "(...), nesta ata a Mesa da Assembleia Municipal, fez o que não se deve.

Eu estive a ouvir a gravação da Assembleia e enviei as correções da ata. A ata que recebemos não corresponde à verdade daquilo que se passou no dia 27 de maio (...)".

A Presidente da Assembleia Municipal interrompeu e disse "(...), fiz eu que retifiquei e a Mesa, e antes de avançar, vou lhe já dizer, o que ficou dito ali, e o senhor vá fazer o que quiser, uma sessão extraordinária (...), eu retifiquei a ata e não aceitei a sua correção".

O membro Paulo Mendanha continuou e disse "(...), senhora Presidente eu estou a falar, agradeço que não me interrompa.

Não corresponde à verdade daquilo que se passou no dia 27 de maio e que está na gravação.

Na página 30 diz o seguinte: "O membro Paulo Mendanha insistiu em retomar a palavra, mas a Presidente da Assembleia não lha concedeu, pelo facto de este assunto ter sido apresentado no Ponto Dois desta Ordem de Trabalhos.".

Então, o que deverias estar escrito e peço desde já a alteração aqui, era: "O membro Paulo Mendanha fez uma interpelação há Mesa e foi interrompido pela Presidente da Assembleia. a

Pág. 14 de 47



(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

Presidente da Assembleia não deu a palavra ao membro Paulo Mendanha. O membro Paulo Mendanha disse "fica o Voto de Protesto, em relação a isso, e à não colocação do Voto de Louvor na ordem do dia"".

Isto é o que deveria lá estar! Mas mais, é que na gravação, ouviu-se o membro Jorge Pinto a dizer esta parte não fica na ata, e a Presidente diz logo de seguida, pois não!

Mais ainda, o que está escrito ali, para os membros perceberem o que está escrito ali, está errado!

A verificar-se a frase que eu disse, a Mesa tinha que incluir no ponto da Ordem do Dia, conforme o nosso Regimento (...), o Voto de Louvor que eu apresentei.

A Mesa da Assembleia não tem cumprido o Regimento até agora!"

A Presidente da Assembleia Municipal interrompeu "(...), já intentou a ação no tribunal administrativo? Eu aconselhei-o a fazer isso!"

O membro Paulo Mendanha continuou "(...), a Mesa ignorou claramente aquilo que eu enviei enquanto correção, e enquanto aquilo que se passou realmente nesta Assembleia. A ser aprovada a Ata como aqui está, verifica-se claramente uma alteração gravosa daquilo que aconteceu na Assembleia. É uma falta de respeito pelos membros que podem estar a aprovar um documento com informação alterada, logo a serem induzidos a erro.

Informo a Mesa, caso a minha alteração não seja aceite, fica já a minha forma de protesto e como tal, não irei aprovar esta ata. Mas, mais, e aqui a nota final para a Mesa, "tenham um bocadinho de atenção ás atas, porque eu no final destas assembleias todas, irei fazer um resumo. Pedia só que cumprissem o Regimento em relação ás atas e ainda nesta ata, vê-se que a ata não tem trinta e duas como diz, tem trinta e uma".

A Presidente da Assembleia Municipal respondeu "(...), a Mesa não aceitou! Para todos os presentes, a ata não é uma transcrição à letra e literal, é um resumo dos acontecimentos. Na verdade, o senhor escreveu uma transcrição quase à letra (...), por acaso eu não ponho aqui os palavrões/ calões que são ditos? Aqui não!

O senhor nunca, da sua bancada ou deste executivo quer do seu movimento, nunca pôs em causa a ata, quando houve aqui tratamentos indecorosos e caluniosos e não transcritos.

Todas as suas intervenções, que venham nesse sentido, ao abrigo desta Mesa e do conceito que nós temos de atas, não são aceites!



(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

Assumo, exatamente, o que disse na outra reunião! O senhor fez uma intervenção extemporânea, fora do ponto, muito depois do ponto, e eu não lhe dei a palavra, e nunca lhe darei a palavra como a outro membro desta Assembleia, quando não estiver no ponto certo".

O membro Jorge Pinto interveio e disse "(...), a questão que o Paulo colocou, e como já foi dito, a ata é um resumo do que essencial e não uma transcrição. No poder da senhora Presidente, coadjuvado pelos outros membros da Mesa, que concordaram, não foi dado o direito de incluir aquele ponto na Ordem de Trabalhos.

Se o ponto foi rejeitado, ele não faz parte da ata. Tal como, qualquer membro tem o direito de fazer propostas à ata, o senhor fez, e a Mesa que tem a responsabilidade da ata rejeitou. Esta ata que está aqui vai ser votada e o senhor tem o direito de votar contra, de abandonar a sessão, fazer declaração de voto (...)".

A Presidente da Assembleia Municipal colocou a ata à votação, sendo a mesma aprovada por maioria, com onze votos a favor (seis eleitos do MUB, quatro eleitos do PS e um eleito do PSD) uma abstenção (eleito do MUB).

No momento da votação estava ausente da sala o membro Paulo Mendanha (MUB).

De acordo, com o n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros: Vanda Cristina Branco Godinho; Maria Margarida Alexandre Cordeiro; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Luís Pena Rodrigues Rato; João Miguel Cordeiro Geadas Letras.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente á aprovação da Ata n.º 6 da sessão Ordinária de 16 de junho de 2023.

Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, colocou a ata à votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**, de entre os membros que estiveram presentes na sessão de 16 de junho de 2023.

No momento da votação estava ausente da sala o membro Paulo Mendanha (MUB).



(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

De acordo, com o n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros: Maria Margarida Alexandre Cordeiro; Lino Duarte Moreira Amaro; Luís Pena Rodrigues Rato; Hugo Alexandre Godinho Mendanha; João Miguel Cordeiro Geadas Letras;

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Apreciação das atividades da Câmara e da sua situação financeira.

O Presidente da Câmara Municipal informou que a situação está controlada. Em câmaras pequenas como a nossa a situação não está fácil. Borba neste momento não tem muito dinheiro, mas a situação está equilibrada. Houve um aumento nos vencimentos dos funcionários, em cumprimento da lei (...). Nós nas despesas ditas de Capitais, nós estamos bem, em termos de despesas correntes, estamos cada vez mais limitados, muito limitados. Daí, o problema com as pessoas que estavam em contrato tarefa.

Penso, que a Câmara não irá entrar em desequilíbrio financeiro. Se tivermos de mudar alguma coisa de despesas de capital para despesas de corrente, mudamos, para meter as Piscinas Cobertas a funcionar.

Em relação à fibra ótica, tivemos uma reunião com a Destelecom Telecom, há cerca de 15 dias atrás, sobre a instalação da fibra ótica em Rio de Moinhos e na Orada. Ficou decidido nesta reunião que poderíamos proceder à instalação da fibra ótica nos locais referidos e o pagamento, seria feito uma parte de Rio de Moinhos este ano, e o restante juntamente com o pagamento de Orada em 2024.

Passado 8 dias, a senhora Ministra da Coesão, Ana Abrunhosa, emitiu um documento em que informava que todas as zonas cinzentas e brancas (fibra ótica), seriam abertos concursos até ao final do ano de 2023, para a instalação da fibra ótica.

Estamos a aguardar pelo desenrolar do processo.

Seguidamente, a **senhora Presidente da Assembleia Municipal**, cedeu a palavra ao senhor Vereador Joaquim Espanhol.

O Vereador Joaquim Espanhol usou da palavra e cumprimentou todos os presentes e frisou o que de mais relevante se encontrava no relatório de atividades, referente aos seus pelouros:



Assembleia Municipal
(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

· Obras por empreitada:

- ✓ <u>Reabilitação do Edifício para o Centro Interpretativo da Batalha da Restauração</u> Esta obra esteve suspensa durante 3 meses, para resolver problemas de projeto. Neste momento esses problemas estão ultrapassados, as entidades que foram consultadas deram-nos parecer favorável para a obra puder avançar.
 - A obra recomeçou no dia 04/09/2023. Esta obra, tem de estar feita e paga até final do presente ano.
- ✓ <u>Obra do Museu e Enoteca</u> Iniciámos esta obra em 07/08/2023, mas com alguns problemas de projeto. A empresa projetista quando fez o estudo, não tinha conhecimento total do estado em que se encontrava certas partes do edifício e agora com o decorrer da obra detetaram-se alguns problemas.
 - A empresa que ganhou este concurso público, já fez em Borba duas obras. Após uma reunião em obra, optamos por suspender esta obra por um prazo máximo de noventa dias, para se resolver a nível de projetista, os problemas que o empreiteiro apresentou. A obra foi suspensa no dia 08/09/2023.
- ✓ <u>CRO (Canil)</u> Esta obra está praticamente concluída! Deixo o convite, para que logo que a obra
 fique concluída, que façamos uma visita a esta obra. A percentagem de execução da obra, ronda
 os 97%.
- ✓ <u>Centro de Cycling da Serra d'Ossa</u> Esta obra está terminada.

Acrescentou ainda:

- ✓ Celeiro da Cultura Foram colocados os aparelhos de ar condicionado no piso superior desta obra.
- ✓ <u>Calcetamento na Av. Florbela Espanca</u> Esta concluída esta obra. foram colocados alguns bancos para as pessoas que fazem caminhadas, puderem descansar um pouco, caso o pretendam fazer. Colocamos também algumas papeleiras.
- ✓ <u>Os compostores</u> É um projeto a nível do concelho, que consiste na recolha dos materiais domésticos (casca de fruta, restos de hortaliças, cascas de ovos (...)), para depois da compostagem, este composto ser utilizado como fertilizante na plantação de arvores, aromáticas (...), "nada se perde tudo se transforma".



(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

✓ <u>Semáforos</u> – Fizemos uma candidatura a nível de Alentejo Central (CIMAC) os equipamentos foram todos recuperados, e agora os semáforos em Borba já estão todos a funcionar com luminárias novas.

No âmbito dos pelouros distribuídos à **Vereadora Sofia Alexandra Dias** e no que se refere ao trabalho autárquico, para além das atividades inerentes ao desempenho da função, disponibilizouse a responder a qualquer questão que pretendessem colocar.

O membro Jorge Pinto usou da palavra e disse "(...), na atividade da Câmara eu irei colocar várias questões (...). Todo o cidadão merece resposta ás questões que coloca ao Município, incluindo aqueles que cá trabalham.

Um dos problemas complexos, tem o nome de SIADAP. Que é um instrumento de classificação dos trabalhadores, que tem uma mentalidade "enviesada", isto é, considera por defeito que só muito poucos trabalhadores é que são bons! O que é um absurdo! E que impõe quotas.

Quando um trabalhador, a sua hierarquia lhe dá um muito bem e depois baixa para normal, é natural que fique desagradado, desgostoso, desmotivado com a situação, quebra produtividade e injustiçado.

Esse conjunto de trabalhadores na sua maioria, para além dos congelamentos que tiveram, se forem normais só conseguem progredir na carreira de 10 e 10 anos. Senhor Presidente ao que sei, no que sei, no seu legitimo direito, houve trabalhadores que requereram a reapreciação da nota. E o senhor Presidente tem obrigatoriamente, 15 dias para responder. E o trabalhador para além das suas estruturas sindicais, se não tiver resposta, tem direito a interpor a ação no tribunal administrativo por incumprimento por parte do senhor Presidente.

É ou não verdade senhor Presidente, que os trabalhadores até hoje, que reclamaram e requeiram reapreciação não tiveram resposta?

Portanto, o senhor Presidente entra num incumprimento, daquilo que é mais sagrado que é dignidade da função do trabalhador (...), e depois vem aqui para a Assembleia a elogiá-los, mas naquilo que é material para eles, não faz o direito de resposta (...).



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

Depois, para as coisas serem claras e transparentes, existe depois um mecanismo, em que todos os anos a Câmara Municipal, puder fazer uma reapreciação de mérito de um conjunto de trabalhadores, que está sujeito a dois subpostos:

1 – No orçamento é colocado uma verba para essa avaliação extraordinária:

Esta, é uma opção política.

2 – Antes de se conhecerem as classificações dos trabalhadores, o Presidente da Câmara tem de publicar, uma norma de como é que vai ser exercida essa função.

Esta opção é da transparência.

Pergunto, onde é que está a prova que no dia 15 de janeiro, tenha sido publicado essa matéria?

A não resposta do senhor Presidente, não é apenas sobre este tema. Enquanto, for eleito aqui, vou continuar a exigir que a Câmara Municipal, respeite, esta Assembleia nas suas competências e se subordine naquilo que é o fundamental, que é prestar contas à Assembleia da sua atividade.

Nós nunca tivemos neste mandato, no Relatório da Atividade da Câmara, uma única vez, um ponto de situação sobre os projetos candidatados, os projetos aprovados e a sua evolução, isso é obrigatório fazê-lo aqui! Mas mais importante que isso, neste momento, está em discussão, até atrasada por parte do governo, a implementação de Portugal 2030. O Portugal 2030, contempla a estratégia para este mandato e para os dois mandatos seguintes, e é matéria que não pode estar escondida no saco do senhor Presidente. Deveria estar na atividade da Câmara o conjunto das intensões, em discussão de debate, desta matéria, com a informação aberta, transparente e da decisão das prioridades (...).

Da lista que requeri de projetos financiados, só tive resposta a parte, porque só me deram o Portugal 2030 (...), não recebi do PRR.

A Câmara coloca nas suas intensões de candidatura, obra eventualmente já feita!

- A ETAR da Ribeira:
- Os esgotos da Barro Branco;
- Os esgotos da Talisca.



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

Desta lista que eu vou concluir com intensões de obra até 2032, com montante de 20.000.000,00€ (…), mas depois destes 20.000.000,00€, no eixo central de candidaturas, que são as candidaturas feitas através da CIMAC, só estão entregues pelo Município 3.360.000,00€.

Estão previstas 3 intervenções há muito falado pela Câmara Municipal aqui, na rede de águas. A rede de águas de Borba não está segmentada, e esse é um dos problemas. Faz-me confusão, porque é que a obra não começa de cima para baixo. (...), evitando que as intervenções que sejam feitas a meio, venham a ter ruturas, porque a montante, a rede ainda não está resolvida (...). Está previsto, começarem as obras na Rua Nunes da Silva e Rua Visconde Gião, pergunto, faz sentido começarem as obras nestas ruas, quando a montante na zona de S. Bartolomeu, a conduta rebenta!? E a seguir vêm no mesmo sentido, a Rua Silveira Menezes e a Rua 13 de janeiro; o Largo de Santo António e o Largo de Gago Coutinho; Largo S. Bartolomeu; a Rua 1º de Maio e a Rua Quinta da Prata. A renovação global da rede, assumida, é apenas isto, em 2023 e 2024.

Não tenho informação se esta remodelação é só referente à rede de águas, ou se também acompanha a remodelação da rede de saneamento.

Segundo o relatório da ERSAR, para que as candidaturas sejam elegíveis, a taxa de cobertura dos gastos tem de atingir 90% pela receita.

Nós somos os primeiros no distrito, com as tarifas da água mais altas. A minha pergunta é: Com tanta água que se perde, qual é a taxa de cobertura que está no relatório da ERSAR, para saber se estas candidaturas são elegíveis ou não são elegíveis?

No Relatório Financeiro, diz-se lá "(…), que a participação comunitária em projetos cofinanciados, os que mais estão a penalizar e execução de 3.000.000,00€, apenas 440.000,00€ estão feitos!"

No que respeita a outras candidaturas (...), dos tais 20.000.000,00€ para o ano, são-nos prometidos, uma maravilha de 5.000.000,00€ sem contar os investimentos na Estratégia Local de Habitação. E eu pergunto, há capacidade deste Município de garantir em 2024, 5.000.000,00€ em investimentos?

Dou apenas aqui uma nota: "(...), a execução das Infraestruturas do Alto dos Bacelos e as Infraestruturas do Parque Tecnológico da Nora (...). E a pergunto que eu faço ao senhor Presidente, é se esta alteração ao Plano da Zona Industrial do Alto dos Bacelos, advém ou não, de haver um investidor em concreto, que necessita de se instalar em lotes de maiores dimensões, que aqueles que existem.? Se sim, em que fase é que esse negócio já esta? Se o negócio já está feito, os



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

terrenos já são do Município ou vão ter de ser adquiridos a particulares? Se esse negócio é para fazer, as infraestruturas que não estão feitas, vão ser feitas pela venda do terreno em bruto e o investidor faz o investimento, ou, o investimento é feito pela Câmara?

Porque, neste projeto de candidaturas, 2.000.000,00€ é para fazer infraestruturas no Alto dos Bacelos. Como contestei aqui na reunião do PDM, e era considerado não prioritário (...), e o relatório diz que está fracassado, mas reformula-se e gasta-se mais 2.000.000,00€ e aponta-se para o Parque Tecnológico de 143.000,00 hectares, que dá para 5.000 postos de trabalho e propõem-se investir 200.000,00€ até 2032. Então, queremos cativar empresas e apontamos a infraestruturas para quem vem a seguir, para 2026?

Senhor Presidente, é este conjunto de prioridades, de uma vez por todas, com respeito por esta Assembleia, devem estar colocados no Relatório de Atividades da Câmara. Esse debate, deveria ser feito de uma forma franca, aberta com divergências (...).

Também, respondendo, à questão das Piscinas Cobertas disse: "(...), Hugo Mendanha, fica atento. está aqui a promessa da eficiência energética de 100.000,00€ para o ano!

A Requalificação Energética, centra-se em meia dúzia de edifícios (Centro Escolar, Centro de Saúde, Escola de Rio de Moinhos, nos edifícios da Câmara, Palacete dos Melos e nas Piscinas).

Aquilo, que quero sintetizar nesta minha longa intervenção, é que o "carro não pode andar à frente dos bois". Esta é que é a discussão política que tem de ser feita agui! A informação que coloquei sobre os trabalhadores da Câmara, é uma informação que tinha que ser dada no Relatório da Atividade da Câmara (...). Não dar resposta a ninguém, é triste!

Quanto às questões orçamentais, o problema orçamental não é da Câmara de Borba, é de muitas câmaras municipais na despesa corrente, porque a inflação a fez subir (...). Para o ano que vem, se houver clarificação da nota dos trabalhadores, porque há trabalhadores que dizem que têm 6 pontos e os serviços, dizem que têm 2 pontos e mesmo sobre esta reclamação, não há respostas. Os trabalhadores que tiverem 6 pontos e 18 anos de serviço, vão ter direito a uma subida extraordinária e ela pode ter implicações no orçamento.

Do orçamento vou só aditar uma questão para se perceber a falta de lucidez nesta Câmara Municipal.

Pág. 22 de 47



(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

O governo está atrasado no que diz respeito á nova Lei de Finanças Locais, mas a ANMP tem uma lei que propõe passar o valor do IRS de 5% para 10%. Esta lei deverá entrar em vigor em 2025. E a proposta que nos trazem aqui, é de passar o IRS para 2% em 2025, e o senhor Presidente vêm dizer-me que tem dificuldades orçamentais e depois baixa em 8% esta matéria.

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e respondeu ás intervenções efetuadas.

- Bombeiros Voluntários - Foi dada uma resposta verbal e as pessoas entenderam;

- SIADAP – Quase todos os funcionários da Câmara, reclamaram da sua avaliação. Eu disse aos funcionários que irei a partir de segunda-feira (25-09-2023), olhar ponto por ponto, para perceber como foram feitas as avaliações e naturalmente, irei tomar as decisões que terei de tomar. Essas decisões quando forem tomadas, serão comunicadas diretamente ás pessoas interessadas, pessoalmente.

Espero, até final do mês de setembro chamar todos os funcionários que reclamaram e explicar "cara a cara", o que se passou com a sua avaliação.

Os trabalhadores da Câmara que estão aqui, e todos os outros que irão ser contactados, a partir da próxima semana vão ser chamados, depois de falar com os avaliadores, irei resolver de uma forma objetiva o que houver para resolver".

A Presidente da Assembleia Municipal interrompeu e prestou a seguinte informação:

"Temos aqui o ponto 3.4 – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia para o Congresso da ANMP". A inscrição na plataforma, tem de entrar antes da meia noite, porque termina o prazo de inscrição. Pergunto ao senhor Presidente e ao restante plenário se existe alguma objeção para que passemos para o ponto 3.4?

Tanto o senhor Presidente como o restante plenário, concordaram com a proposta apresentada pela senhora Presidente da Assembleia.

Após a eleição do Presidente de Junta de Freguesia para o Congresso da ANMP, foram retomados os trabalhos.



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

O Presidente da Câmara Municipal continuou a sua intervenção:

- <u>"- CIMAC</u> Depois da reunião na CIMAC, passamos o Museu de Borba e Enoteca para o programa novo do Portugal 2030. Os projetos que apresentamos é para concretizar dentro dos prazos.
- Obras A nossa opção, relativamente ás obras nas ruas, devido ás perdas de água, é esta que aqui está.

Parque Tecnológico – Este parque que está no PDM (...), por vezes temos de ser realistas não podemos ser megalómanas.

 Zona Industrial do Alto dos Bacelos – Há cerca de 3 meses apareceu uma empresa que quer instalar-se em Borba, para transformação de mármores.

Informei-me, sobre os terrenos disponíveis e cheguei à conclusão que a maior parte dos terrenos não eram da Câmara. Descobri que em 2022 foi feita a venda de terrenos em que só foram pagas duas tranches, faltando pagar uma, falei com uma notária sobre o assunto e resolvemos a situação fazendo, "uso de campeão. A empresa que quer instalar-se só precisa de três mil metros de terrenos e os terrenos em causa têm nove mil e quinhentos.

Quanto ás infraestruturas, fora do que já está instalado, é da responsabilidade das empresas que quiserem lá se instalar.

- Piscinas Cobertas - Eficiência Energética - Iremos tratar do assunto de uma forma equilibrada.

Como alguém que dizia: "Tens de meter tudo o quanto és no mínimo que fazes". E é isso que nos temos de fazer, porque o importante é a nossa terra".

O membro João Morgado usou da palavra e pediu uma informação ao senhor Presidente. "(...), senhor Presidente, como é que explica um aumento de 560.000.00€, no primeiro semestre, faço a igual período do ano anterior, no que respeita a gastos com pessoal? Diz também, que no fornecimento de serviços externos e serviços especializados, aumentaram em 224.000,00€, também no primeiro semestre.

Gostava que o senhor Presidente explicasse a esta Assembleia o que é que foi feito, que justifique este aumento salarial para o orçamento da Câmara.

Olhando, aqui para o Mapa, houve aqui, em Assistentes Operacionais um decréscimo de 2%, por isso trabalho braçal não foi. Em Assistentes Técnicos houve uma diminuição de 8%. Em Técnicos

Pág. 24 de 47



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

Superiores, houve um aumento de 48%. Em Coordenadores Técnicos houve um aumento de 40% e Chefes de Divisão houve um aumento de 50%".

O Presidente da Câmara Municipal respondeu "(...), as despesas correntes são muito complicadas. O Estado obrigou, ainda que, de uma forma simbólica, a aumentar tudo o que era funcionário público e isso justifica alguma parte da despesa. Quando nós necessitamos de algum tipo de apoio que não o temos, teremos de o pedir externamente, e isso reflete-se na despesa. Mas, poderei João, de uma forma muito objetiva, dar-te uma listagem sobre isto tudo, para perceberes o que estou a dizer".

A Presidente da Assembleia Municipal alertou "(...), as despesas com pessoal e quadros técnicos, são quadros da Câmara, não está aqui englobado provavelmente, avençados, serviços externos avulsos. Estes números dizem respeito a efetivos do quadro. Hoje fazia falta estar cá, o Chefe de divisão ou alguém do departamento financeiro".

O Presidente da Câmara Municipal respondeu "(...), como todos sabem houve a situação da Descentralização de Competências e isso reflete-se nisto que está aqui".

O membro Hugo Mendanha usou da palavra e disse "(...), vou dividir a minha intervenção em 2 partes.

Deixo aqui, o meu reconhecimento, pela obra da calçada na Rua Florbela Espanca. Era uma obra que fazia falta e penso está muito bem feita".

Seguidamente, perguntou ao senhor Vereador Joaquim Espanhol, qual era o ponto de situação, relativamente ao Parque das Caravanas?

No que respeita à Situação Financeira, disse "(…), estes valores que o membro João Morgado falou da comparação do nível de pessoal, têm que ver com os valores de 2020 para 2023., embora a ROC esteja aqui a referir que este aumento de 560.000,00€ em pessoal, é no período comparativo desde ano com o igual período do ano passado (…).

Um outro ponto que eu queria referir, tem que ver com a Eficiência Energética. Quando o senhor Presidente diz que situação financeira está estável, eu aqui na concordo, porque se estivesse estável, não me tinha dito que as Piscinas Cobertas não iam abrir por falta de dinheiro. Está previsto para 2024 investirem 100.000,00€ na Eficiência Energética.



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

Passado 10 anos de mandato, quantos Edifícios Municipais em Borba é que tem algum equipamento de Eficiência Energética, seja, painéis fotovoltaicos, turbinas eólicas (...).

Relembro, aqui a esta Assembleia, que um dos pilares do MUB quando se candidatou, foi criticar o PS porque nenhum Edifício Municipal tinha painéis fotovoltaicos, que não se apostava nas energias renováveis e agora passado 10 anos continua tudo na mesma".

O Presidente da Câmara Municipal interveio e esclareceu "(...), quando nós cá chegámos, nem a certificação energética tínhamos feita das Piscinas Cobertas. Pensámos colocar painéis fotovoltaicos no telhado das piscinas, mas chegámos à conclusão que em termos estruturais era inviável".

O Vereador Joaquim Espanhol usou da palavra e respondeu ao membro Hugo Mendanha "(...), eu não coloquei nas Atividades da Câmara a ASA (área de serviço de auto caravanismo), porque para mim está concluída, mas, o mecanismo que vai reger as entradas dentro daquele parque, é que tem sido mais complicado. Porque a empresa que foi indicada pela Região de Turismo, é uma empresa de longe, e não se quis deslocar a Borba. O trabalho tem sido feito através de fotografias. O problema da obra não estar terminada, tem que ver com uma calha do equipamento de entrada".

Seguidamente, respondeu ao membro Jorge Pinto, relativamente ás obras da rede de águas, na Rua Nunes da Silva. Tudo o que é águas e esgotos deve começar de jusante para montante. Águas pluviais, águas de abastecimento, onde se recuperar a conduta, esse troço fica recuperado. Se houver uma rutura a jusante ou montante, terá de ser recuperada.

Mas naquele caso, foi pensado! Não é por acaso que estão 3 ruas (R. Nunes da Silva, R: Visconde Gião e R: Silveira Menezes) e iniciámos na R: Nunes da Silva, porque vem ligar a um troço que foi feito no executivo PS, que é a envolvente da praça (...)".

Onde tem de haver uma obra estruturada, é desde o cruzamento do Rita até à Sovibor e depois na ligação ao loteamento da Cova do Ourives (loteamento João Deus)".

O membro João Letras usou da palavra e cumprimentou todos os presentes e fez algumas questões breves e simples:

- <u>Parque de Pesados de Rio Moinhos</u> – Estava previsto em orçamento a sua execução para este ano. Qual o ponto de situação?



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

- <u>Parque de Pesados para Nora</u> Estava previsto em orçamento a sua execução para este ano.
 Qual o ponto de situação?
- Compostores Comunitários Na minha opinião, estes computadores deveriam existir em tamanho maior nas povoações rurais, uma vez que as pessoas continuam a despejar os resíduos verdes em grande quantidade, junto aos contentores de resíduos sólidos e urbanos.

No que respeita à questão cultural, gostaria de saber se existe a ideia do Município de promover atividades culturais, nas freguesias rurais e até mesmo nas aldeias? Nos 10 anos de mandato que o executivo MUB já leva, não me lembro de um único momento cultural promovido, por exemplo, na aldeia da Nora. A questão de haver ou não associações ativas, não é justificação. Agora, foi promovido o Festival da Oralidade, correu muito bem e acho que é de continuar. A maioria dos eventos, é quase sempre em Borba. Noutros concelhos, estes tipos de eventos culturais são descentralizados para as Aldeias. As populações das Aldeias sentem-se esquecidas com este tipo de atitude. Eu sou de uma aldeia que não é sede de Freguesia, e sei da dificuldade que as pessoas sentem. Durante este tempo todo do mandato, não houve nenhum evento cultural, que levasse, o Executivo Municipal, a falar com as pessoas. Os eventos culturais são tão importantes para os mais novos como para os mais velhos.

Penso, ser importante, pensarmos nisto! E, incluir as Juntas de Freguesia neste processo. Penso, que a nível de Agenda Cultural, deverá haver um planeamento anual, planificar as coisas atempadamente, tal como fizemos com a Feira do Queijo.

No que respeita ao trânsito, é importante a Comissão Municipal se reunir, porque nós Junta de Freguesia, já por diversas vezes, elencamos uma serie de problemas a nível de sinalética de trânsito de circulação e nomeadamente, com a questão do Parque de Pesados. A questão do estacionamento dos pesados no Bairro Habitacional da Nora, continua a existir. Nós fomos falar com os camionistas e pedimos para que não procedessem daquela forma, e a sua resposta foi "não temos sítios onde colocar os camiões, e vamos continuar a colocá-los aqui, mesmo que coloquem aqui um sinal proibido de estacionar (...), porque aqui é mais seguro".

É importante pensarmos nestas questões, também pela segurança das pessoas!"

O membro Lino Amaro interveio e disse "(...), no que respeita à Comissão Municipal de Trânsito, eu fui escolhido pela força política que represento, para a representar na Comissão de Trânsito.



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

O ano letivo foi iniciado e o mesmo problema de sempre! Escola, crianças e trânsito! No ano passado este problema foi aqui falado, e o senhor Presidente disse que ia resolver o problema, reforçando a GNR no local, e durante muito tempo esse trabalho foi feito.

Eu pergunto o seguinte: ano e meio passou, há mês e meio foi criada a Comissão Municipal de Trânsito, e eu até hoje ainda não tenho nenhum email, com informação de alguma reunião, para falarmos sobre o que é uma Comissão de Trânsito. Eu sei quais são os representantes (organismos/entidades), que constituem uma Comissão de Trânsito.

Tirou-se o trânsito da Rua Montes Claros em Borba (ficou só com um sentido). Conclusão, todo o trânsito de Santiago Rio de Moinhos, vem escoar em frente às escolas. A variante é pouco utilizada.

A Rua de Montes Claros, é simplesmente uma garagem à frente da porta!

Senhor Presidente, de uma vez por todas este problema tem de ser resolvido!

A zona da escola é um parque de estacionamento para os professores, existe falta de civismo das pessoas que vão deixar os meninos à escola. Conclusão, onde era para ser o sítio mais protegido, que é guando deixam as crianças na escola, entre as 8:30H e 10:00H, é guando temos mais trânsito.

O trânsito vindo de Santiago, tinha que passar pela Rua de Montes Claros, para que a zona da escola ficasse mais liberta.

Outro caso, é na Rua Mateus Pais, onde para mim deveria ser de um sentido e sem estacionamento (...). Outra situação é a esplanada junto ao café "Arado", onde é utilizado o estacionamento para esplanada".

O membro Jorge Pinto interveio e disse "(...), a pouco elenquei aquilo que deveria ser o debate político dos investimentos e que a Câmara não faz. Esse debate político, podia ter colocado opções, por exemplo na Eficiência Energética (...). A Câmara aponta aqui 8 projetos de Eficiência Energética com 1.500.000,00€ (...), edifício a edifício, quando a solução que deveria ter sido ponderada, era criar uma comunidade de eficiência energética que permite colocar um centro de eficiência energética num local, e desde que os pontos de receção estejam até 2 km podem receber energia. Isto é, este 1.500.000,00€ que aqui está prometido e que só tem concretizada a escola, podia ter em simultâneo com a Central de Painéis, fornecer energia à Escola, Piscinas, mas também aos Bombeiros. O Centro de Saúde podia também fornecer energia o Lar. Estas são as opções que deveriam ter sido discutidas (...). O senhor Presidente faz desta Assembleia "gato sapato", e não



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

traz aqui as matérias para serem discutidas. Já alguma vez a Câmara colocou em debate nesta Assembleia, sem ser a questão do orçamento, estas prioridades da atividade?"

A Presidente da Assembleia Municipal interveio e colocou a seguinte questão: "(...), estamos a chegar às 3 horas de sessão, e ainda não estamos no meio da agenda da ordem de trabalhos. Ainda temos 6 pontos, dois deles com alguma descrição e pormenorização. Ponho à consideração do plenário desta Assembleia: Podemos continuar com a discussão da ordem de trabalhos e entrar pela madrugada, ou querem que suspenda os trabalhos e remarque uma nova sessão?

A Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta à votação e o **plenário concordou** em que a sessão continuasse.

O Presidente da Câmara Municipal respondeu aos membros:

Jorge Pinto - "(...), cada coisa que vem aqui a discussão, naturalmente, eu confio nos técnicos e
o que falamos em eficiência energética está pensado e repensado, não são projetos "desgarrados".

- João Letras - (...), o Parque de estacionamento de pesados de Santiago Rio Moinhos, segundo informação técnica avança este ano, o da Nora aguentada!

Relativamente, aos compostores, feita a sensibilização está a correr bem, mas com calma vamos analisando a evolução da situação.

No que respeita á cultura, vamos tratar do assunto.

<u>- Lino Amaro</u> - Comissão Municipal de Trânsito – "(...), neste momento temos a Comissão com todos os representantes e vamos reunir. Só a semana passada é que nos foi comunicado o representante dos taxistas".

O Vereador Joaquim Espanhol respondeu ao membro João Letras:

"(...), o objetivo da utilização das ilhas compostores, não é para relva, verdes, nem para restos de horta (...). Os compostores devem serem utilizados para biorresíduos domésticos".

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Eleição do Presidente de Junta de Freguesia para o Congresso da ANMP.

Pág. 29 de 47



(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

A Presidente da Assembleia Municipal informou que iriam proceder à eleição do Presidente de Junta de freguesia a estar presente no XXVI Congresso da ANMP, no dia 30 de setembro em Amora - Seixal.

Primeiro, iam eleger o representante efetivo e depois o suplente. De seguida pediu que fossem distribuídos os boletins de voto.

Após votação por escrutínio secreto, e feita a contagem de votos, foi eleito o senhor Leonel António Valentim Infante (Presidente da Junta de Freguesia da Matriz), com 10 votos a favor. como representante efetivo para integrar o XXVI Congresso da ANMP.

Os restantes votos foram distribuídos da seguinte forma:

- Três votos no senhor João André Lopes
- Cinco votos em branco;

Como representante Suplente foi eleita a senhora Maria da Luz de Sousa Vestia, presidente da Junta de Freguesia de São Bartolomeu com 9 votos.

Os restantes votos foram distribuídos da seguinte forma:

- Dois votos no senhor João André Lopes Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos
- Um voto no senhor João Pedro Martins Leitão Presidente da Junta de Frequesia de Orada
- Cinco votos em branco.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2024.

A Presidente da Assembleia Municipal não havendo intervenções, colocou o documento à votação, tendo sido deliberado por unanimidade, fixar para o ano de 2024, a Taxa de Direitos de Passagem em 0,25%.

Pág. 30 de 47



(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Proposta de fixação de Participação Variável no IRS para o ano de 2024.

O membro Jorge Pinto interveio e disse "(...), a CDU tem sempre votado contra esta proposta, porque ela é de uma injustiça profunda. Basta perceber, que a população que ganha até ao salário mínimo nacional, por não pagarem IRS, também não têm benefício. Quem ganha novecentos euros, tem a bonificação anual de 6%, estamos a falar de quarenta e poucos mil euros que a Câmara vai prescindir e que vai beneficiar um grupo reduzido de cidadãos que têm ordenados mais altos. Desta vez, não apresentaremos proposta alternativa, porque ela tem sido sempre reprovada.

Recordo, que sempre temos proposto que esses quarenta mil euros deveriam ser aplicados no reforço ao movimento associativo. Ao passar, previsivelmente o IRS para 10% em 2025, o Município ficar profundamente lesado na sua matéria.

A Presidente da Assembleia Municipal não havendo mais intervenções, colocou o documento à votação, tendo sido deliberado por maioria com dezassete votos a favor (9 votos dos eleitos do MUB, 5 votos dos eleitos do PS e 3 eleitos do PSD) e um voto contra (eleito da CDU), aprovar a proposta de fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2024.

PONTO TRÊS PONTO SETE: Proposta de lançamento de Derrama para o ano de 2024.

O membro João Letras interveio e referiu que iam apresentar declaração.

De seguida leu a declaração de voto, que se seguidamente se transcreve e arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 5**

"Declaração de Voto

Proposta de lançamento de Derrama para o ano de 2024

O Partido Social democrata está contra a decisão do executivo do MUB de lançar uma taxa normal de derrama (entre 0,01% e 1,50%) sobre o lucro tributável das empresas sujeito e não isento de IRC, para o ano de 2024, que exercem atividade no concelho de Borba.



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

Não nos podemos esquecer que as empresas já estão sujeitas a uma carga fiscal excessiva e o MUB transformou um imposto que deveria ser pontual e extraordinário, num imposto que ano após ano incide sobre os nossos empresários e sobre as nossas empresas.

No entendimento do PSD, a isenção da derrama constitui um fator de atratividade para a instalação de novas empresas e um estímulo à manutenção e à criação de emprego no nosso concelho.

Assim, a cobrança de derrama no Município de Borba pode ser um entrave ao reinvestimento do lucro e até pode desincentivar outras empresas que estejam a pensar investir em Borba, optando por investir em concelhos vizinhos.

O PSD irá continuar a defender responsavelmente a redução dos impostos que incidem sobre as nossas empresas e sobre os Borbenses.

Os eleitos do PSD"

O membro Jorge Pinto interveio e disse "(...), contrariamente à posição do PSD, a distribuição fiscal deve ser feita de facto em primeiro lugar em matéria de, por exemplo de IRS, em sede de IRC o 0,01%, uma empresa que tenha 150.000,00€ de lucro, pagará cerca de 150,00€ por ano. Uma empresa que tenha 15.000,00€ de lucro vai pagar 15,00€ por ano. Mas as grandes empresas, diferentemente daquilo que o senhor Presidente (...), que a taxa de 1,5% das empresas acima dos 150.000,00€, deveria ser vertida, nomeadamente, para o reforço dos apoios escolares no Município.

É cada vez mais lamentável que as famílias estejam a viver cada vez mais, nos Parques de Campismo, porque não têm possibilidades de adquirirem casas, e os Bancos tenham taxa de lucro incrementadas em 600% (...).

O que fazia sentido era que o IRC na sua distribuição e a derrama, que os seus lucros fossem distribuídos de acordo com a faturação de cada Município.

A Presidente da Assembleia Municipal não havendo mais intervenções, colocou o documento à votação, tendo sido deliberado por maioria, com nove votos a favor (eleitos do MUB), cinco abstenções (eleitos do PS) e quatro votos contra (3 eleitos do PSD e um eleito da CDU), aprovar a proposta de lançamento de Derrama para o ano de 2024

PONTO TRÊS PONTO OITO: 1ª. Alteração ao Mapa de Pessoal 2023.

Pág. 32 de 47



(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

O Presidente da Câmara Municipal começa por explicar que: o Radar Social permitirá um levantamento correto das necessidades das pessoas. Na altura em que saiu o aviso, a Lei dizia claramente que as pessoas tinham que ser funcionárias da Câmara e dai levamos a Reunião de Câmara. O que interessa é resolver os assuntos das pessoas, e isto prevê a criação de três postos de trabalho a mais em várias áreas de trabalho.

A Presidente da Assembleia Municipal acrescenta que a colocação de pessoas no Radar Social tem a ver com o número de habitantes. Então pelo número de habitantes do concelho em vez de três eram só duas pessoas! O porquê de estarem aqui três? Porque é que têm de ser pessoas contratadas de fora? Se acabou de dizer que tinham de ser pessoas do quadro de pessoal da Câmara! Então o senhor Presidente tem tantas pessoas, na Câmara como técnicos superiores com habilitações que preencheriam os requisitos, porque é que o senhor Presidente não faz aqui comissão de serviço? Também já ouvi aqui que provavelmente vão sair daqui 2 pessoas para as finanças, porque é que essas pessoas não vão para o Radar Social? E porque é que não há um concurso para preencher as vagas das finanças? Gostava de que me esclarecesse estas questões.

O Presidente da Câmara Municipal reponde: Quando sai a Lei em termos de PRR (Programa de Recuperação e Resiliência), aponta para que o projeto do Radar Social obrigue a ter um número de funcionários consoante o número de habitantes, que no nosso caso seria dois, mas nós entendemos três, colocados em várias áreas de trabalho.

Tivemos uma reunião com a Direção Geral de Finanças e chegamos à conclusão que podíamos permitir através de um protocolo próprio deslocalizar três pessoas para a finanças. Isto quer dizer que essas pessoas vão para as finanças durante seis meses, e paga a Câmara! Depois desses seis meses entram no quadro das finanças e nós ficamos com as finanças abertas em Borba, para permitir que as pessoas que não têm conhecimentos informáticos possam ser atendidas ao balcão. O que é importante para nós é se o Estado central não serve as pessoas, o estado local tem essa obrigação, dai por muito que me custe deslocar pessoas, o importante é que vão servir a quem mais precisa.

A Presidente da Assembleia Municipal solicita ao senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareça uma dúvida: Mas porque é que decidiram três se antes eram só duas?



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

O Presidente da Câmara Municipal responde: Foi a opção da pessoa que conduziu o processo, que sou sempre eu que o conduzo, e nós entendemos três pessoas pelas funções que elas vão ter que ter.

A Presidente da Assembleia Municipal acrescenta: E o que é que isso tem a ver se vocês têm um quadro excedentário, ou seja, em comissão de serviço, se dá para irem dois técnicos aqui da Câmara para as finanças, eu não estou a entender!

O Presidente da Câmara Municipal, isto são opções, eu tenho uma opinião muito própria!

A Vereadora Sofia Dias acrescenta que: em relação ao Radar Social, as duas ou três pessoas foi questionado à entidade de gestão e à entidade financiadora, se apesar de só lá estarem o número de dois elementos, tendo em conta o número de habitantes, se nós não fossemos pelo patamar máximo, e pelo vencimento máximo e sobrasse dinheiro para um terceiro técnico, se era possível faze-lo? A resposta foi positiva, dai estarem três e não dois!

Em relação ao quadro de pessoal, a mim faz-me sentido que sejam pessoas da área social. Não pode ser ninguém das pessoas que estão neste momento na ação social, porque vem lá uma alínea em que veta completamente a possibilidade destas pessoas; se tiverem em atendimento e acompanhamento social; a nossas estão! Se fizerem acompanhamento dos beneficiários do RSI; as nossas fazem! Se tiverem nos núcleos locais de inserção; E as nossas são! E mais uma serie de questões em que os nossos técnicos são, e por isso não podiam estar cumulativamente no Radar Social. Eu queria só aqui reforçar uma questão relativamente com uma conversa com o diretor da Segurança Social. Sendo este um projeto PRR e sendo este um projeto financiado a cem por cento, é muito provável que daqui para a frente que os próprios projetos sociais exijam algum tipo de georreferenciação, como condições de admissão, da mesma maneira que pedem o parecer do CLAS, quando é para financiamento. Dai a importância de este projeto avancar, de este projeto poder ser implementado, nós sozinhos não somos capazes de o fazer, especialmente pela questão técnica dos meios que são necessários e entendemos que era muito importante, porque de futuro se os outros projetos vierem esta necessidade da georreferenciação, podemos ter aqui um problema de não cumprir alguns dos critérios, e como sendo um projeto financiado a cem por cento. mais tarde vão ter de o aproveitar e vão ter de beneficiar quem o fez.

A Presidente da Assembleia Municipal intervém, respondendo que: sim eu acredito no que a senhora Vereadora diz, pois não li, mas estou a ler aqui as habilitações necessárias, e

Pág. 34 de 47



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

desculpe que lhe diga da ação social! Eu posso ter uma formação diferente, e a minha capacidade de analise social pode ser suficiente, portanto até parece que já está a indicar uma pessoa especifica para o lugar. Não quero acreditar que isso aconteça, porque vocês têm um problema no quadro de pessoal! Ainda há pouco falámos aqui dos custos e dos aumentos com o quadro de pessoal! Esta Câmara não precisa de tantos técnicos superiores! Eu nunca vi tanto técnicos superiores no quadro de pessoal como aqui nesta Câmara! É uma coisa extraordinária! Nem noutra Câmara, nem em serviços privados existem tantos técnicos como existem nesta Câmara! E será que há trabalho para todos eles? Fico um bocadinho preocupada com isto! O quadro de pessoal para mim sempre foi uma preocupação, já no executivo do PS, as minhas intervenções iam sempre para esta área dos recursos humanos e nesta tento não me meter muito, nós aqui deixamos gerir, e todas as nossas votações, aqui nesta Assembleia Municipal desde que aqui estamos é ouvir dizer "que é uma opção politica, que é da responsabilidade do MUB ", mas estamos a chegar a um ponto em que já não me parece que assim seja, nós deixamos-vos trabalhar e deixamos-vos agir, mas vocês já não estão à vontade, estão á vontadinha, e isto está a chegar a um ponto em que qualquer dia têm um problema com o quadro de pessoal e depois é difícil de resolver, porque a função publica, não é como uma empresa privada e os quadros que aqui estão ficam efetivos, têm uma carreira! E depois como é que é? Eu acho que essa análise tem de ser ponderada e essa sua lógica Vereadora Sofia, não me parece a correta, pois isto é um projeto piloto, isto ainda vai ter aperfeiçoamento, essa lógica do financiamento a cem por cento, ok, é do PRR, mas isto vai ter muitas evoluções e provavelmente os primeiros meses ainda vão ter alterações, porque se é piloto, é para acertar pormenores, é para se implementar um projeto que vai ter com certeza imensas modificações, é assim que os projetos evoluem, senão morem e acabam, por isso não me parece correto! Depois, acho que obviamente criar postos de trabalho é bom, mas como o Município, tal como o senhor Presidente da Câmara disse "não tem de ser o maior empregador" a lógica aqui está invertida. Aqui tem de se criar condições para as empresas se instalarem e gerarem emprego e o Município não tem de ser o segundo ou o maior empregador, como é a Santa Casa da Misericórdia. Isso é a lógica pior que existe da gestão pública, e se já que tem essa vocação, se calhar deveria fazer gestão autárquica, que era para saber como é que se gere, e isto não é apontar-lhe nada à sua área de formação que provavelmente é sociologia, mas a gestão autárquica tem os seus "se" e ninguém nascem ensinado e por isso acho que tem de haver aqui bom senso, não me parece que os princípios para o inicio deste projeto sejam os mais indicados e depois deparo-me com as habilitações solicitadas que se encaixam com muitos dos técnicos que existem aqui no Município



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

e se é um projeto piloto e vão estar a fazer mais contratos com outras pessoas sabendo eu, que aquilo pode provavelmente não ir para a frente, ou que aquelas pessoas não são adequadas, porque não pôr no projeto piloto pessoas que eu conheço pessoas que aqui trabalham e que trabalham no terreno e provavelmente já tem provas dadas, e que têm avaliações e já os conhecem, se é um projeto piloto eu gostava de ter pessoas da minha confiança.

O Presidente da Câmara Municipal intervém, para dizer que relativamente ao Radar Social o que é importante é resolver os problemas das pessoas que têm necessidades, vamos aos locais e teremos resultados efetivos, aqueles que mais precisarem terem o apoio daquele que pode fazêlo. O Radar Social vai ser uma realidade em Borba, podermos arranjar mais precários, mas arranjamos pessoas para trabalhar a sério

A Presidente da Assembleia responde: sim senhor Presidente, mas isso não é argumento para este projeto, o senhor tem de ter uma equipa e não ir buscar precários, este projeto não os permite ter.

O Presidente da Câmara Municipal eu posso la busca pessoas que façam contrato com elas três anos e depois arranjo um precário ao fim de três anos se for muito bom naturalmente fica.

O membro Jorge Pinto intervém para colocar três questões sobre esta matéria e mais aquilo que o senhor Presidente da Câmara colocou. A primeira é a manifestação de discordância total de que a Câmara Municipal substitua o Governo! Seja ele qual for! Se as finanças não têm pessoal o Ministro das Finanças que até está com excesso de receita que o faça! Tal como estou em perfeito desacordo que o Leonel por ter o posto de trabalho dele em perigo ponha os CTT a funcionar na Junta de freguesia, ainda por cima estamos a falar de uma empresa concessionada, neste caso. A Câmara Municipal, os Municípios não devem substituir outras entidades nestas matérias. A segunda questão é que este projeto, é um projeto de uma ameaça total ao poder local! Uns dos princípios do poder local é o princípio da autonomia, da autonomia financeira, da autonomia de gestão de recursos humanos. Compete à Câmara Municipal ter o seu quadro de pessoal para as funções que entender que deve fazer para administração direta, que compete a Câmara Municipal na sua gestão, proceder ao outsourcing, quando o entende fazer. Não pode haver, porque é inconstitucional um regulamento de financiamento a troco de um "bombom, que não seja de aniversario", que nos diga só tenho dinheiro se lá meterem pessoal nestas e nestas condições. A Câmara Municipal tem de submeter à Assembleia o Mapa de Pessoal e tem de submeter as Unidades Orgânicas e depois a Câmara tem, gestão flexível nessas unidades orgânicas para fazer

Pág. 36 de 47



(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

a sua gestão. Finalmente este projeto é de 27 meses e aquilo que vem no mapa de pessoal contrariamente aquilo que o senhor Presidente estava a dizer, é a contratação de três técnicos com contrato a termo resolutivo e, portanto, julgo que estão reunidas todas as más condições para o desenvolver. Falou-se em cortar contratos, desde a Escola à Oficina da Criança, outras matérias porque o problema orçamental é pesado e agora pretexto de cem por cento, com aquela questão que a senhora Vereadora Sofia colocou, que não é menos grave, mas agente põe o vencimento mais baixo, não é verdade porque a entrada em contrato em termos resolutivo, os vencimentos estão definidos para o técnico superior não podem entrar logo pelo topo. Desta matéria e estou aqui numa ponderação entre a abstenção e o voto contra, sobre esta situação porque de facto são matérias que exigem uma boa ponderação e não pode de forma nenhuma, e é daquelas que se deve dar logo uma" punhada na mesa", dizer: "mas o técnico que vem para aqui não pode ter outras funções". A lei define o que é que são as desagregações de funções e tirando a desagregação de funções que não se podem ter. Vou dar um exemplo: um tesoureiro que é o responsável pela guarda de dinheiros não pode ter os cheques em sua posse, tem de estar noutro lado porque quem os assina não os pode ter em sua posse. Agora um regulamento impor que têm de contratar, e têm de contratar e não podem ser aqueles que lá estão e tirar, digamos somos uns meros digamos limpadores de gestão do condomínio e não de gestão autárquica.

O membro Hugo Mendanha intervém para dizer que tinha exatamente as mesmas dúvidas que a Presidente da Assembleia Municipal, tal como o membro Jorge Pinto referiu, relativamente ao facto de optarem por três e baixarem o ordenado, relativamente ao Radar Social, e não é bem assim! Queria dar só um alerta ao executivo que é: atualmente a Câmara realmente tem aqui três técnicos superiores em serviço social, não compreendo como é que não se pode pelo menos aproveitar um! Tudo bem! É a vossa opção lançarem o contrato para mais três! Desses três é aqui o alerta que eu quero fazer, dois são em sociologia e um em serviço social, portanto a Câmara de Borba como já foi referido, num concelho que tem menos de vinte mil habitantes, tínhamos obrigatoriedade de ter no mínimo dois e vocês optam por três, mas um dos pontos que aqui diz: "que as equipas dos técnicos superiores estão para este projeto deve ser multidisciplinar e complementar nas áreas de serviço social, educação social, sociologia, psicologia, economia, gestão estatística e planeamento" A Câmara de Borba em vez de optar por dois estar a optar por três e escolher dois de sociologia e um de serviço social, eu faço aqui um alerta se será? Porque depois há um ponto a seguir que diz: "a constituição das equipas tem de cumprir estes perfis definidos no número anterior sob pena de não elegibilidade das despesas realizada no âmbito desta



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

medida." Tenha cuidado com isto! Não vá o tiro sair pela culatra! Ainda relativamente ao Mapa de Pessoal, uma visão que eu aqui fiz e há pouco o membro João Morgado falou nisto e partilho claramente da visão que a Presidente da Assembleia Municipal há pouco falou, que tem a ver como o Mapa de Pessoal atual da Câmara Municipal de Borba, portanto eu para mim é incompreensível uma Câmara da dimensão de Borba e faço aqui uma evolução de junho/2020 até a esta data de 2023, passamos de 188 trabalhadores para 201 houve um ligeiro aumento de 13 pessoas, mas falando em percentagem e categorias: assistente operacionais aumentamos 2%, assistentes técnicos diminuímos 8%, técnicos superiores aumentamos 48%, de 21 para 31 atuais, agora temos esta previsão de serem contratados mais, coordenadores técnicos aumentamos 40% de 5 para 7, chefes de divisão, passamos de 2 para 3, e faz-me confusão como é que uma Câmara com esta dimensão de Borba, tem esta quantidade de técnicos superiores, engenheiros, com classes superiores, porque quando nós contratamos quer seja numa empresa seja aqui técnicos superiores e engenheiros, vamos lá ver são pessoas que em teoria estão mais qualificadas para ajudar o executivo, a tomar as decisões, a reagirem às adversidades do dia a dia. E eu pergunto, será que durante estes últimos anos este aumento de técnicos superiores que vocês fizeram os têm ajudado nas vossas decisões nos vossos projetos? Na minha opinião não! Porque já foi aqui debatido, que candidaturas pouco ou nada esta Câmara faz, execução projetos também como o membro Jorge Pinto falou há pouco e muito bem, portanto têm um grau de execução muito baixa, e na minha opinião pessoal acho que são técnicos superiores a mais para a Câmara da dimensão de Borba.

A Presidente da Assembleia Municipal não havendo mais intervenções, colocou o documento à votação, tendo sido deliberado por maioria, com cinco votos a favor (cinco eleitos MUB), 9 abstenções (5 eleitos do PS e 4 eleitos da MUB,) e 4 votos contra (3 eleitos do PSD e 1 eleito da CDU), aprovar a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2023.

<u>PONTO TRÊS PONTO NOVE</u>: Taxas para apreciar projetos e medidas de autoproteção, realizar vistorias e inspeções a edifícios classificados na 1ª categoria de risco, no âmbito do regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.

O membro Jorge Pinto interveio e realçou "(...), este ponto não é nada tranquilo, e não tem condições de ser votado, porque não respeita a lei.



(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

A lei de taxas municipais, é fundamentada na lei 53-E/2006 de 29 dezembro. É a lei habilitante para a criação de taxas e exige fundamentação económica ou financeira para cada uma das taxas.

Não há fundamentação económica, é apontada a lei 75/2013, que é aquela que remete esta matéria, mas carece da lei habilitante (...), mas senhora Presidente, na minha opinião este ponto não tem condições de ser votado. Não quer dizer que não volte para trás! Que a Câmara Municipal pondere, um estudo económico ou financeiro desta taxa, que é fácil de fazer, mas que tem de ser demonstrado e depois publicado".

A Presidente da Assembleia Municipal respondeu "(...), não tenho fundamentação jurídica para o fazer (...).

A Arquiteta Raquel Pereira usou da palavra e esclareceu "(...), as tabelas de taxas que nós temos, são feitas com a matriz que foi aprovada em 2010. Nessa tabela de taxas, tanto na parte administrativa como nas taxas urbanísticas, existem taxas que são fixas! Elas são fundamentadas só com um quadro que faz o cálculo à média dos gastos no processo administrativo (nº. de horas funcionários, gasto de gasóleo, papel (...)), foi esse cálculo que foi feito e introduzido! Eu considero que não há necessidade de se fazer um estudo económico ou financeiro (...), nós seguimos o padrão que está em vigor desde 2010."

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e disse "(...), esta matriz foi feita por uma empresa através da CIMAC (...)".

O membro Jorge Pinto interveio e explicou "(...), a empresa à qual pertenço, já fez esse trabalho das taxas para a Câmara de Borba há algum tempo, e a sua fundamentação económica ou financeira, é feita taxa a taxa. E depois, é criado o incentivo ao desincentivo. (...). Não vejo inconveniente nenhum em esta matéria vir há assembleia de dezembro, para aprovação."

O membro João Morgado usou da palavra e disse "(...), uma vez que surgiram dúvidas relativamente à matéria em discussão a bancada do PS, sugere à Mesa da Assembleia e à Câmara que este ponto seja retirado e que volte mais clarificado, para que possamos votar em conformidade".

A Presidente da Assembleia Municipal informou "(...), a pedido do executivo e do senhor Presidente, este ponto vai ser retirado da ordem de trabalhos por não reunir as condições necessárias para a sua votação".



(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Proposta de Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Alto dos Bacelos.

O Presidente da Câmara Municipal informou "(...), apareceu um investidor que pretende instalar uma indústria naqueles terrenos, mas os lotes existentes são pequenos para o que se pretende construir. Falei com os técnicos e chegámos à conclusão que poderíamos fazer uma alteração ao Plano de Pormenor (...)".

A Arquiteta Raquel Pereira esclareceu "(...), nós fizemos um procedimento a propósito de uma necessidade de investimento de um promotor, o Plano não é propriamente "rodinhas baixas", no que toca há sua divisão parcelar, em lotes. Os lotes previstos, já eram muito grandes, já previam uma associação de lotes em grupos de 3,4 lotes, dependia do quarteirão onde estavam. Para estes investimentos na indústria da pedra, é preciso mais área disponível. Nós precisávamos de unir mais lotes.

Tivemos de seguir o procedimento de alteração, onde alterámos 3 artigos e a planta síntese, de forma a pudermos agregar mais lotes uns aos outros.

Para responder ao membro Jorge Pinto, a questões que colocou no início da Assembleia, quanto ao assunto, a execução é feita através de operação de loteamento. As infraestruturas ficam a cargo do interessado, do requerente, mediante o contrato de urbanização, que será elaborado de acordo com o projeto, de acordo com as necessidades das infraestruturas. O Plano de Pormenor já contemplava esta questão das infraestruturas no seu regulamento, o qual se mantêm.

Relativamente, à Proposta de Alteração ao Plano de Pormenor, nós fizemos os procedimentos todos previstos no RJIGT (regime jurídico instrumentos gestão territorial). Fizemos participação pública, não houve uma única participação, (...), discussão pública, também não houve nenhuma participação nesta fase. Seguimos os trâmites todos, e aqui estamos, com uma proposta, em que a sua natureza é muito simples. É precisamente permitir, uma maior agregação dos lotes, que já existia neste regulamento, que já era revisão de um Plano de Pormenor ainda mais antigo do Alto dos Bacelos.

Agora, juntando a questão dos investimentos, nós nos serviços técnicos, nunca entendemos este Plano, como uma desistência, nem como um fracasso. Precisamente por isso é que consideramos que há necessidade de executar infraestruturas e há necessidade de lhe dar um novo desenho e



(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

está previsto na revisão do PDM, que isto seja uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão, que vai obrigar a uma própria revisão do Plano, para garantir uma maior eficácia no desenho urbano e nas infraestruturas. Ou seja, procurar uma solução que seja menos onerosa nas infraestruturas, porque esse para nós, foi sempre o grande problema. Grande parte das propriedades não serem do Município e não será fácil lotear, oferecer, colocar os lotes no mercado. E ao mesmo tempo o custo das infraestruturas, que é brutal numa área daquela dimensão".

O membro Jorge Pinto acrescentou "(...), a questão do Alto dos Bacelos (...), vai atrás de uma necessidade objetiva, que houve de um projeto. O problema não está no desenho que havia anterior a este, do Instrumento de Planeamento. O maior problema que existe, é que esta Zona Industrial foi concebida no final do século XX e nos últimos 22 anos, nunca houve desenvolvimento daquela zona de atividades económicas. A zona de atividades económicas, tem padecido primeiro, pela incapacidade, pela falta de vontade de negociar com os proprietários dos terrenos, no sentido de os municipalizar e tornar mais fácil esta matéria e de investir.

A arquiteta Raquel Pereira, colocou aqui e bem que as infraestruturas estão caras. Eu, há pouco referi, que nas intensões de investimentos estão dois milhões de investimento (...). Na taxa de comparticipação que está prevista no quadro financeiro do Município nos Instrumentos de Financiamento, estão previstos 85% de financiamento para as infraestruturas. Acontece, que de acordo com os regulamentos comunitários, todos os investimentos superiores a um milhão de euros, carecem mais uma vez de estudo de viabilidade económica (...), e o valor de venda dos lotes abate ao financiamento. O objetivo de uma matéria destas, será de 30%, 40%, que é no fundo aquilo que os investidores serão beneficiados, por pagarem os lotes abaixo do seu custo. Porque, se os lotes forem pagos ao custo real das infraestruturas, não há financiamento comunitário. Existe aqui uma série de erros, não no instrumento que vamos votar, mas sim na estratégia para o concelho. As intenções de investir na zona do Alto dos Bacelos é para 2026.

Independentemente, do senhor Presidente cumprir ou não (...), certo é que está a mandar isto para o próximo mandato. Nós precisamos é de uma estratégia consistente!"

A Presidente da Assembleia Municipal não havendo mais intervenções, colocou o documento à votação, tendo sido deliberado por maioria, com treze votos a favor (nove eleitos do MUB, três eleitos do PSD e um eleito da CDU) e cinco abstenções (eleitos do PS), aprovar Proposta de Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Alto dos Bacelos.



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

PONTO TRÊS PONTO ONZE: Proposta de Aprovação da versão final ARU/ORU/PERU de Borba.

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e disse "(...), o que está aqui em causa é Borba no seu todo. Muito importante, é haver Planos exequíveis e que funcionem, porque não vale a pena ter grandes objetivos se não funcionarem. Nós queremos coisas que funcionem, por isso acredito na equipa!".

A Arquiteta Raquel Pereira usou da palavra e explicou "(...), nós tínhamos uma deliberação da Área de Reabilitação Urbana, que por força da reprovação que esta Assembleia fez, no ano passado, caducou! Mas isso, não é problemático! A Operação de Reabilitação Urbana ORU/PERU, é a estratégia de reabilitação urbana, não é propriamente um Plano, não é um Instrumento de Planeamento do Território! É uma estratégia para se definir, as várias intervenções e os vários regulamentos e atividades que vão ter de se fazer para chegarmos ao objetivo que está aqui elencado. Nós tínhamos de ter também a ARU aprovada, e por isso, só agora é que ela aparece. Porque a ARU, ao contrário da ORU, não precisa de se fazer processo de discussão pública, não precisa de passar pelos processos do RJGT, por isso só agora nós voltámos a propor a aprovação da Área de Reabilitação Urbana, porque ela tem de estar vigente, para pudermos ter uma ORU com eficácia legal, para poder ser pelos menos deliberada.

Não houve participações no período de discussão pública. Na versão final da ORU, só fizemos alguns acertos aos dados estatísticos, porque na última Assembleia, onde a viemos apresentar, mas não a propusemos a deliberação, fomos chamados atenção que havia dados estatísticos dos anteriores censos. Estes dois pontos são autónomos (este ponto e o seguinte) mas um vai ser consequência do outro (...)".

O Arquiteto Rui Rodrigues usou da palavra e acrescentou "(...), voltando à questão dos censos, os dados de 2021, confirmaram todas as tendências infelizmente de 2001 e de 2011, usouse a mesma matriz de estudo, que era aquela que estava na análise da Revisão do PDM, fundamentada.

Houve o parecer externo do IRHU, que aprovou sem condicionantes os documentos. Neste momento está em condições para avançar, se esta Assembleia assim o entender".

O membro Jorge Pinto usou da palavra e disse (...), estamos a falar de um Instrumento de 41,7 hectares, isto é, na prática a cidade de Borba. Existe aqui uma opção, que eu depois irei

Pág. 42 de 47



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

colocar, e que não se centra nas prioridades estratégicas do essencial, mas quer agradar de forma plena a toda a gente nestas matérias.

Estamos a falar em números redondos da necessidade de ter dezoito milhões de euros (18.000.000,00€), para concretizar este Plano, em 14 projetos e 5 níveis. Que diz "visando a realização do edificado privado, sendo um investimento mais expressivo no edificado particular sete virgula cinco milhões de euros (7.005.000,00€)". É preciso saber o que é este edificado particular, porque tem no seu texto, outras passagens de instrumentos que já foram aprovados (Estratégia Local de Habitação), e remete para que a entidade gestora, será assumida pelo próprio Município de Borba. Referindo, finalmente que dos dezoito milhões de euros (18.000.000,00€), dezasseis virgula quarenta e cinco milhão de euros (16.045.000,00€), serão de fundos próprios do Município, sendo estimado em um milhão e meio de euros (1.500.000,00€), a parte dos particulares, que acresce para os tais guias e que incluí, três milhões de euros (3.000.000,00€), de apoio à Reabilitação de Habitação privada e dois virgula cinco milhões de euros (2.005.000.00€), de implementação da Estratégica Local de Habitação.

Este Instrumento que nos é proposto, é do ponto vista técnico (...) e dará algum prazer em conseguir fazer alguma coisa que abranja toda a gente, mas sejamos realistas, mesmo para quinze anos, seria "preciso dar muita corda aos sapatos", para conseguir aqui um pouco mais de um milhão de euros (1.000.000,00€), de investimento (...), em media para o concretizar, carecendo, em minha e nossa opinião, de uma definição um pouco mais restrita e não tão ambiciosa e mais pesado no que diz respeito ás prioridades.

É preciso nós sabermos dentro do conjunto das matérias que aqui estão, se é prioritário para Borba centrar no fundo "a cereja deste bolo", no Castelo que é um dos projetos importantes que aqui está, e essa discussão é preciso fazê-la, ou noutras áreas de intervenção, por exemplo zona envolve à Fonte das Bicas e à Igreja da Matriz.

Se esta intervenção no espaço público é prioritária, por exemplo numa estratégia das zonas verdes que se prolonguem ou se pelo contrário, deve ter uma prioridade, na reformulação na capacidade de encaixe dos automóveis, dando prioridade á questão do estacionamento (...). Este instrumento neste conjunto de prioridades não está devidamente hierarquizado, no sentido de não se vir a dizer que não foi cumprido. Acresce, que é preciso termos uma clarificação e referir que um sexto desta matéria que aqui está, é apontada para apoio a particulares. A Estratégia que nos é colocada,



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

aponta que um sexto desta verba é canalizado via Estratégia Local de Habitação, no apoio à realização de intervenções particulares (...)".

O Arquiteto Rui Rodrigues usou da palavra e disse "(...), relativamente à prioridade na intervenção à Estratégia, nós temos definido no quadro, por exemplo, Sistema de Circulação e Estacionamento e Requalificação Urbana no geral, a começar já!

A Arquiteta Raquel Pereira acrescentou "(...), nós temos prioridades definidas na versão que apresentámos em maio, precisamente em resultado da Comissão e da reunião de Acompanhamento (...).

O Arquiteto Rui Rodrigues continuou "(...).

- Requalificação da envolvente à Igreja Matriz, a começar já! Numa ideia que já foi trabalhada muito de arranque, há duas vertentes:
- 1) Aumentar o arvoredo urbano;
- 2) Aumentar a permeabilidade de todo este espaço em redor da Igreja Matriz. O paralelo com uma dignificação dando um maior destaque a toda esta envolvência, e criarmos mais estacionamento.

Todo o movimento económico se baseia no automóvel.

Temos um problema de circulação e temos um problema gravíssimo de estacionamento (...). Temos um problema de qualidade de vida e de acessibilidades, que se torna complicadíssimo.

Esta parte é uma prioridade!

Nós temos aqui "Reabilitação de Edifícios Particulares por iniciativa própria". Apoiar dentro daquilo, que é possível e legalmente os particulares, na forma como reabilitar os seus imóveis.

A questão das obras coercivas, para imóveis devolutos, a lei já permite esta situação há muitos anos. Existe um dever de conservação do edificado de 8 em 8 anos. Nós temos o poder de tomar posse a administrativa desses imóveis, caso os proprietários não tenham dinheiro, para as obras (\ldots) ".

A Arquiteta Raquel Pereira respondeu e explicou "(...), membro Jorge Pinto, a área não é basicamente a da cidade de Borba, é do Centro Histórico e um "bocadinho" mais, porque nós achámos, que tinha que haver coerência na definição da delimitação da Área de Reabilitação Urbana.

Pág. 44 de 47



(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

Nas reuniões da Comissão de Acompanhamento e nas duas sessões com esta Assembleia, tivemos a oportunidade de debater alguma coisa sobre as necessidades, prioridades e por isso elencamos isto que está aqui (...).

Para nós a prioridade é efetivar a capacidade e a força de trabalho, para se cumprir este Plano e esta Estratégia. Ou seja, nós precisamos é de um Gabinete de Habitação e de Reabilitação Urbana, eficaz, ativo que possa responder a isto, senão de facto é uma ilusão, o que nós estamos aqui a propor. Mas, nós não estamos a propor executar esta operação de Reabilitação Urbana em 15 anos, com os serviços da Câmara sem acrescentar mais técnicos. Por isso desculpem a minha sinceridade, se não houver pessoas para trabalhar, fazer um trabalho profundo, que aqui na Reabilitação Urbana, não é só fazer para os projetos, espaço público (...), é fazer precisamente estes processos que estão na lei, de vistorias de verificação do estado de conservação, e ativar efetivamente a lei (...). É preciso pessoas para fazer vistorias e avaliarem o estado de conservação dos imóveis e depois conceder os benefícios fiscais, que são uma das poucas armas que nós temos. São precisas pessoas para acompanhar os projetos da Estratégia de Habitação e são também precisas pessoas para acompanhar o cumprimento e a aplicação do Regulamento Municipal, que a Comissão muito bem propôs, e que nós introduzimos na nossa proposta. De facto, consideramos que é a solução, o instrumento mais direto que nós temos para conseguirmos reabilitar nos edifícios particulares. O Município a atribuir fundos e dar apoio a melhorias e conservação em edificação para famílias carenciadas. Isto foi uma proposta que a Comissão fez e que nós de facto considerámos que é muito válida e que dá muito mais coesão, a esta Operação de Reabilitação Urbana.

Nós achamos que a proposta está coesa e é realista, agora vai ser preciso muito trabalho e não se vai fazer sem o Gabinete de Habitação e Reabilitação, por isso ele vem em primeiro lugar, nas nossas prioridades.

A questão da Estratégia das zonas verdes, vem já da revisão do PDM e do Projeto do ADPTA LOCAL, que nós ainda não tivemos oportunidade de mostrar a esta Câmara, mas rapidamente o faremos.

Nós por vezes sentimo-nos um pouco perdidos (ponto vista técnico), porque na 1ª sessão que nós tivemos, a questão que se colocou, foi que estávamos a fazer uma proposta pouco ambiciosa, e agora o que estamos a ouvir é que a proposta é ambiciosa de mais, e irrealista. Nós gostaríamos aqui de um certo equilíbrio. Eu acho que a nossa proposta é equilibrada, evidente e ambiciosa, e



(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

que vai ser preciso trabalhar muito, mas é melhor trabalharmos assim, com umas metas ambiciosas, do que nos ficarmos por fazer uma coisa mais simples".

A Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e disse "(...) arquiteta Raquel, já lhe disse uma vez e volto a dizer, a opinião de todos, não é só de um! A senhora fala sempre todos, mas só ouviu um! ".

PONTO TRÊS PONTO ONZE PONTO UM: Aprovação da Área de Reabilitação Urbana de Borba, delimitada nos termos exatos em que foi aprovada pela Assembleia Municipal em 18 de janeiro de 2019, de acordo com o n.º 1 do art.º 13º do Dec. Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação mais atual.

A Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a Área de Reabilitação Urbana de Borba, delimitada nos termos exatos em que foi aprovada pela Assembleia Municipal em 18 de janeiro de 2019, de acordo com o n. º 1 do art.º 13º do Dec. Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual.

PONTO TRÊS PONTO ONZE PONTO DOIS: Dar conhecimento à Assembleia Municipal de Borba do relatório de Ponderação da Discussão Pública, elaborado de acordo com o n.º 3 do artigo 89º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, na atual redação, por remissão do disposto no n.º 4 do art.º 17º do Dec. Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação mais atual.

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** <u>do relatório de Ponderação de Discussão</u> Pública.

PONTO TRÊS PONTO ONZE PONTO TRÊS: Aprovação de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática orientada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Borba, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 17º do Dec. Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação, mais atual.

A Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo sido deliberado, por maioria, com dezassete votos a favor (eleitos do MUB, PS e PSD) e uma



Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

abstenção (eleito da CDU), <u>aprovar a Operação de Reabilitação Urbana Sistemática orientada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Borba, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 17º do Dec. Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação, mais atual.</u>

Seguidamente, a Presidente da Assembleia Municipal, colocou as minutas à votação, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade dos presentes.

Por não haver mais assuntos a tratar a **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas 1h50m, do dia vinte e três de setembro, da qual se lavrou a presente ata composta por quarenta e sete páginas, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria João Barroso Lopes

O Primeiro Secretário

Jorge Manuel de Oliveira Pinto

O Segundo Secretário

Vanda Cristina Branco Godinho





Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023)

abstenção (eleito da CDU), <u>aprovar a Operação de Reabilitação Urbana Sistemática orientada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Borba, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 17º do Dec. Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação, mais atual.</u>

Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou as minutas à votação, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade dos presentes.

Por não haver mais assuntos a tratar **a Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas 1h50m, do dia vinte e três de setembro, da qual se lavrou a presente ata composta por quarenta e sete páginas, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria João Barroso Lopes

O Primeiro Secretário

Jorge Manuel de Oliveira Pinto

O Segundo Secretário

Vanda Cristina Branco Godinho

